



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Mauá no Rio da Prata (1850-1864)

Sabrina Ribeiro Oliveira

Brasília – DF

2018

Sabrina Ribeiro Oliveira

Mauá no Rio da Prata (1850-1864)

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Data da Defesa Oral: 4 de dezembro de 2018

Brasília – DF

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Doratioto (Orientador)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

Prof. Ms. Pedro Henrique Soares Santos

In memoriam

José Ribamar,

Um avô divertido e presente.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus. Que toda Honra e toda Glória seja para Ele. Ao Senhor fiel e misericordioso, digno de toda adoração.

Agradeço aos meus pais, Flor e Aristides, que sempre me incentivaram e acreditaram em mim. Devo absolutamente tudo a eles. Por serem presentes, compreensivos e bondosos. Em especial ao meu pai, que em 2016 sofreu uma reviravolta da vida, mas continuou ao meu lado, mesmo com os novos obstáculos de nossas vidas. Agradeço ao meu irmão Samuel, que sempre escutou com atenção às novidades e suportou as minhas inquietações. Aos meus avós, parte imprescindível da minha educação como ser humano.

Ao professor Doratioto pela orientação. Acredito que este seja mais um capítulo de uma jornada que começou com a Iniciação Científica, em 2016. Sou grata pela paciência, oportunidade e compreensão com essa jovem inexperiente e “sempre insatisfeita”. E agradeço as recomendações cinematográficas, que fazem parte dessa relação.

Agradeço a todas as pessoas que passaram pela minha vida nessa jornada acadêmica. Sem a soma de experiências não somos nada e todos os contatos foram fundamentais para minha construção, a fim de ser uma estudante melhor, pesquisadora competente e ser humano leal.

RESUMO: A vida empresarial de Irineu Evangelista está diretamente vinculada à história das relações internacionais do Rio da Prata. O industrial ganhou projeção após auxiliar financeiramente o Uruguai, em 1850, na Guerra Grande. Logo, seu prestígio e influência cresceram e, em pouco tempo, tornou-se uma espécie de representante não-oficial do Império em relação ao Uruguai e à Argentina. A abertura de suas agências bancárias nesses dois países foi fundamental para amparar suas atividades neles e possibilitar sua ingerência sobre as questões político-econômicas desses Estados. Esta monografia analisa os objetivos comerciais e a dimensão política da presença de Irineu Evangelista na Argentina e Uruguai.

Palavras-chave: Mauá e o Rio da Prata; Mauá e diplomacia; Mauá e Uruguai; Mauá e Urquiza.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
I – Contexto político e econômico.....	9
1.1 – Império.....	9
1.2 – Rio da Prata.....	12
II – A Guerra Grande.....	19
2.1 – Mauá e o Banco do Brasil.....	25
2.2 – O Banco Mauá no Uruguai.....	28
2.3 – O Banco Mauá na Argentina.....	32
III – Urquiza – e Mauá – vs. Mitre.....	36
3.1 – A continuidade das relações de Mauá no Uruguai.....	39
3.2 – Mauá e a tensão regional.....	41
CONCLUSÃO.....	50
BIBLIOGRAFIA.....	52

Introdução

Irineu Evangelista de Sousa dedicou sua vida a ser um empresário, com ideias vanguardistas e planos de benfeitoria. Nasceu na província do Rio Grande do Sul e foi pioneiro em diversas áreas, atuando em âmbitos que até então passaram incólumes pelo Império brasileiro. Sua importância para a economia brasileira não encontra precedentes, uma vez que começou a desbravar o país em um momento e em áreas que não eram propícios ou pareciam não haver retorno.

A partir da década de 1850 sua presença no país começou a se intensificar, assim como sua atuação no Rio da Prata. Os embates nos países vizinhos e a reconfiguração do Ministério das Relações Exteriores do Império possibilitaram que o empresário ganhasse projeção. Logo, uniu-se a governantes e representantes públicos e, dessa aproximação, emergiu seus planos de expansão.

O industrial – futuramente Barão e Visconde de Mauá – estudava seus planos e, da necessidade de amparar seus próprios negócios, ingressou no setor financeiro. A princípio participou da reorganização do Banco do Brasil, mas diante dos impasses e problemas encontrados, decidiu encerrar sua operação bancária no Império e conduzir sua atuação até o Uruguai. Na República Oriental logrou sucesso e possibilitou o desenvolvimento do país que após a Guerra Grande estava economicamente estagnado. É fundamental elucidar que o embate foi o responsável pelo primeiro contato de Irineu Evangelista com o país, uma vez que sua ajuda financeira fomentou a vitória dos uruguayos. Posteriormente, abriu outra instituição financeira em Paraná, capital da Província de *Entre-Ríos*, na Confederação Argentina.

O fomento das agências para a atuação de Mauá no Rio da Prata foram essenciais. Com a abertura das instituições o empresário pode influir de maneira objetiva e, portanto, concretizar seu prestígio. A partir de então, a figura de homem bem sucedido ganhou espaço no Rio da Prata. Representante “extra oficial” do Império, exerceu ingerência sobre os personagens da época influenciando sobre questões pontuais do Brasil.

As relações diplomáticas perpassaram a vida do empresário, que nunca esteve alheio ao que acontecia no Cone Sul. A correspondência de Irineu Evangelista é uma fonte primordial para compreender as ações do banqueiro e as cartas por ele trocadas com amigos têm teor político, por tratarem majoritariamente sobre o cenários das relações exteriores. Ademais, ele compreendia sua importância frente ao governo brasileiro e usava de seu prestígio para elucidar questões e tentar resolvê-las. Com a posição que ocupava no setor econômico do Império do Brasil, foi um constante intermediário para a manutenção do vínculo entre os países. Foi um defensor do diálogo, que acreditava ser o único meio possível para resolução de conflitos e manutenção da ordem. Como empresário que mantinha negócios em países da América do Sul se opôs aos constantes conflitos que emergiram no Rio da Prata.

O presente trabalho analisa a atuação de Mauá no Rio da Prata, desde seu auxílio financeiro ao Uruguai, em 1850, até seu posicionamento frente à emergência da Guerra do Paraguai. Ademais, elucida as motivações do empresário em ajudar diferentes governos em momentos políticos variados.

O primeiro capítulo é uma contextualização do Império, Uruguai e Argentina pré-1850. O primeiro capítulo do trabalho também posiciona Irineu Evangelista diante do cenário político da época. A segunda parte da monografia compreende o início da Guerra Grande do Uruguai e, conseqüentemente, o início da atuação do empresário nessa República. Além disso, apresenta a consolidação das instituições financeiras nos três países, com a finalidade de compreender a concretização das ações do empresário, que ocasionariam na sua influência definitiva nas relações diplomáticas. O terceiro capítulo traz a continuidade da ingerência de Mauá no Uruguai e na Argentina, frente às guerras civis e diante do início da Guerra do Paraguai.

1 – Contexto político e econômico

1.1 – Império

Às vésperas da sua independência, em 1822, o Brasil tinha uma população de quase 5 milhões de pessoas, onde um terço era de escravos.¹ O país era predominantemente rural e o Rio de Janeiro era a maior cidade, por ser a Corte, comportando aproximadamente 112 mil moradores.

No Primeiro Reinado (1822-1831), D. Pedro I outorgou a primeira Constituição, de 1824, na qual foi introduzida o poder moderador, que era maior que os outros três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. Por ela, o Imperador ficou dotado de grandes poderes políticos, como a possibilidade de dissolver a Câmara e os Conselhos Provinciais. Além disso, poderia eliminar cargos e nomear representantes.

Nesse período houve queda nas exportações, na produção agrícola e arrecadação de impostos. Logo, a economia brasileira sofreu baixas. Somou-se a esses fatores a Guerra da Cisplatina e os danos financeiros que ela causou no país, levando o Império a uma crise. Ao fim, a popularidade de D. Pedro I começou a despencar, pelos fatores supracitados e, ainda, por escândalos na sua vida pessoal. Portanto, em 1831 abdicou em favor de seu filho, D. Pedro II, à época com 5 anos de idade. Pela impossibilidade de o herdeiro assumir o trono, o Império brasileiro entrou em um período conhecido como Regencial. Este ficou marcado pela instabilidade política e por levantes populares que eclodiram em todo o país, causando desordem na então frágil instituição.

Entre 1831 e 1840 o Brasil foi governado por diferentes regências: Trina Provisória, Trina Permanente, Una de Feijó, Interina de Araújo Lima e Una de Araújo Lima. O período de regencial, além de instável, traduziu a luta de diversos grupos sociais pela manutenção de interesses pessoais. Entre eles os Restauradores, que objetivavam a volta de D. Pedro I, os Moderados, que enxergavam na monarquia a solução para a crise política e, por fim, os Exaltados, que visavam reformas sociais a partir do federalismo. As revoltas populares traduziram as insatisfações com o cenário da época, além de disputas políticas locais pelo poder.

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. p. 221.

A base econômica brasileira continuava sendo os produtos agrícolas, em especial o açúcar e o algodão, que estavam sendo negociado a preços desfavoráveis, o que pode ser explicado pela concorrência das ofertas de outros países. Com a baixa atividade econômica, é factível supor que as revoltas do período foram também uma resposta ao desempenho do país frente a competição que enfrentava com os produtos agrícolas de outros países. A situação só melhorou após a popularização do café ao redor do mundo, crescente nas lavouras e, conseqüentemente, ascendendo economicamente o país nessa área, coma formação de mercado consumidor e elite cafeeira. Com isso, o açúcar perdeu espaço definitivamente em prol do café, que passou a ser o pilar da agro exportação.

Frente ao cenário instável do Império, os governantes começaram a procurar soluções para contornar a situação, a fim de manter a monarquia e a centralização do poder. À época, D. Pedro II, herdeiro do trono, tinha apenas 14 anos e, por lei, só poderia assumir o reinado aos 18 anos. Manter a ordem no país era uma preocupação conservadora, uma vez que, diante do impasse, liberais tinham na antecipação da maioria a garantia de manter e aumentar seus privilégios políticos, embasando-se nas províncias, onde tinham maioria política e, a elite, aspirava por autonomia política. Da união de interesses, em julho de 1840 a Câmara declarou D. Pedro II, com então 14 anos, o Imperador do Brasil, no episódio que ficou conhecido como “golpe da maioria”.

Com o fim do período regencial no Império, que foi de 1831 à 1840, já em 1847, no Segundo Reinado, o Império adotou o parlamentarismo como forma de governo. No Brasil, esse sistema político configurou-se de maneira diferente, com os ministros sendo escolhidos pelo presidente do conselho – em uma espécie de poder executivo –, nomeado por D. Pedro II, que controlava a Assembleia e detinha grande concentração de poderes. Internamente, o país não sofreu agitações, uma vez que D. Pedro II conseguiu estabilizar a política imperial, que se encontrou desestruturada nos nove anos de regência. Os maiores problemas surgiram na ordem internacional, com o Brasil intervindo nas questões do Prata, a fim de garantir sua hegemonia.

A economia do Império foi, em todos os períodos, baseada na exportação de produtos primários. Sem incentivo ao crédito e, conseqüentemente, com ineficaz mercado interno, o Império brasileiro era limitado em relação às áreas de atuação, mesmo com a diversificação de produtos. Por ser um país escravocrata – condição que permaneceu até 1888 –, a mão de obra escrava era essencial para a economia. A falta de capital também foi um empecilho, resultando na política de incentivo às exportações. O açúcar, algodão

e fumo foram produtos altamente comercializados desde a colônia, permanecendo assim pelos anos seguintes.

A mineração também foi um setor explorado, especialmente em meados de 1850, quando atingiu seu ápice, voltando a cair lentamente no período subsequente. Anterior ao apogeu, desde 1820 e 1830 empresas britânicas haviam se instalado no país, conseguindo com sucesso extrair ouro, fundamentalmente. Minas Gerais e Bahia (diamantes) foram as províncias objetivadas durante esse período.

Além disso, couros e peles entram como produtos comercializados, com expressão quantitativa, voltando a ter queda apenas com a ascensão da borracha. Apenas com o aumento da população, seguida durante todo o século XIX, a demanda do mercado interno cresceu. Portanto, houve redução na fração de produtos exportados, visando atender também o emergente mercado interno. Além disso, o país era carente de infra estrutura, ocasionando o isolamento comercial entre áreas, que transformava até mesmo a arrecadação de impostos em um problema. Porém, ainda na primeira metade do século XIX, o Estado Imperial começou uma política de investimento, possibilitando a construção de portos e ferrovias por exemplo, a fim de integrar a comunicação dos negócios e escoar a produção.

O industrial que se destacou, principalmente a partir da década de 1850, foi Irineu Evangelista, o Barão e futuro Visconde de Mauá. Nascido na província do Rio Grande do Sul, em 1813, foi o precursor das atividades industriais no país, com ocupações em diversos ramos da economia, atuando no Brasil e em outros países, como o Uruguai. Mauá iniciou seus negócios por volta de 1840 em um cenário que não era favorável para ações empreendedoras. A história de Irineu Evangelista está diretamente ligada ao Império, em especial o Segundo Reinado, quando atingiu seu apogeu. Os empreendimentos de Mauá atendiam às demandas do mercado consumidor brasileiro à época. Foi o responsável pela implantação da primeira ferrovia do país, entre Petrópolis e Rio de Janeiro, além de fornecer iluminação pública. O capital estrangeiro esteve presente a princípio para o processo de urbanização, o que explica a união de Mauá com os ingleses – maiores investidores – em obras de infraestrutura.

Irineu Evangelista fazia parte de um país ainda inserido na lógica colonialista portuguesa que, mesmo após a independência, preservou traços econômicos do período colonial. Como supracitado, a indústria nem de longe representou a prioridade de

investimentos do Império, muito em conta pela desatenção dada ao mercado interno diminuto, posto tratar-se de uma sociedade escravocrata, que não representava um mercado consumidor. Era interessante para as elites fundiárias manter a mão de obra escrava, uma vez que a partir de seu controle poderiam ter a manutenção de seus negócios no setor primário. A restrição institucional aos empreendimentos privados por parte do próprio governo também fazia parte do quadro que impedia uma eventual crescente das atividades industriais. Portanto, tornar-se comerciante e industrial no Brasil do século XIX era um desafio. Mauá, diante das dificuldades, conseguiu se manter por aproximadamente 35 anos em diversificados ramos da economia.

A atividade de banqueiro foi uma das suas maiores empreitadas, iniciada em 1851, com a reorganização e reabertura do segundo Banco do Brasil, que estava inativo desde 1833. Em 1852 fundou o *Banco Mauá, MacGregor & Cia*, com filiais no Brasil e outros países. O investimento no setor bancário é compreendido como o empreendimento que ajudaria a alavancar suas outras atividades. Com isso, o setor financeiro seria o ponto central dos diferentes empreendimentos, servindo como sustentação para os outros negócios, além de elemento de expansão, por meio de “auto financiamento”. Em Montevideú abriu o *Banco Mauá Y Cia*, cinco anos depois, que foi a primeira instituição bancária do Uruguai. Este, nessa época, não contava com nenhuma casa bancária, o que ajuda a explicar a importância que o banco de Mauá viria a ter.

1.2 – Rio da Prata

Desde 1821 o território uruguaio esteve sob os domínios luso-brasileiros, depois da anexação por parte de D. João VI, quando foi batizado de Província Cisplatina. O país conquistou sua independência em 1828 após a expulsão dos brasileiros, sob comando de Juan Antonio Lavalleja, os *treinta y três* – grupo de rio platenses – e o apoio de Buenos Aires. Os britânicos, temendo eventuais contendas na região, reivindicaram a criação de um estado-tempão², a fim de pôr fim à guerra entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro pela Banda Oriental. Portanto, em agosto de 1828, é assinado o Tratado do Rio de Janeiro sob a supervisão do Reino Unido, quando Argentina e Brasil aceitaram e reconheceram a formação de um país independente na Província da Cisplatina.

² Um pequeno Estado que cria uma zona neutra entre duas grandes potências. (ARON, R. Paz e guerra entre as nações. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 506.)

Por volta de 1830, o Estado Oriental do Uruguai possuía 74 mil habitantes predominantemente pobres. O território era pouco povoado e não contava com redes de comunicação, como estradas e pontes, acarretando em pontos despovoados. Uma das maiores urgências do novo Estado era consolidar suas ainda débeis instituições, a exemplo do exército, fundamental para a defesa da soberania nacional. Ademais, estabelecer a saúde pública, que a essa altura estava sob o comando de um pequeno grupo de médicos – às vezes sem título. Também era essencial firmar a educação, o que de fato começou a acontecer em 1836, com a introdução da ordem dos padres *escolapios*, que fundou um colégio católico.

Assim como o Brasil, o setor primário foi o responsável pela economia uruguaia. O Uruguai tinha na exploração extensiva de gado o pilar da sua estrutura. Sendo assim, o latifúndio predominou na terra. Ao contrário do Império, a agricultura não foi explorada, uma vez que a carne bovina era o alimento principal.

Outra semelhança do Estado recém-independente com o Brasil está no pouco desenvolvimento da indústria. O Uruguai estava limitado às confecções de couro, por exemplo, voltados para o mercado externo. Toda a economia do país estava baseada na exploração do gado, tornando assim o Uruguai em monocultor dependente, uma vez que estava atrelado a exportação. Entretanto, esse cenário estava restrito ao interior. Montevideú, a capital, já era um importante porto da região, que importava produtos europeus, à medida que se transformava em uma cidade cosmopolita. Por outro lado, as outras regiões do país estavam isoladas, vivendo sob uma realidade que ia de encontro com o requinte que emergia em Montevideú. Diante dessas diferenças, as hostilidades começaram a aparecer.

Da cidade, ou seja, da capital, emanavam as diretrizes: ordens e regulamentos, se mostrando difícil para o gaúcho – habitante da *campaña* – assimilar. Estes, por estarem isolados, viviam em uma ótica diferente de governo, onde a facilidade de se obter produtos para subsistência caracterizavam uma certa autonomia. Portanto, sujeitar-se as imposições da cidade foi um ponto de divergência em uma crescente rivalidade. O campo não assistiu a ascensão de uma classe média de agricultores dominante, cabendo ao caudilho o papel de autoridade aceita. Já em meados do século XIX outra característica da cidade e das contendas com a *campaña* foi o nascimento da burguesia mercantil, que aberta às tendências estrangeiras aprendeu a manejar o Estado a partir de influências, se

atrelando às diversas camadas da sociedade. Os novos burgueses enxergavam o interior com indiferença, característica que se estende ao caudilho.

Desde seu nascimento como Estado soberano, o Uruguai teve na figura do caudilho a autoridade fática, por estar mais próximo do campo e expressar as aspirações do interior. Diante dessa realidade, se impuseram como as figuras a serem seguidas, a partir da criação de um poder paralelo, onde gaúchos e índios, por exemplo, podiam amparar-se e ganhar notoriedade. A organização das tarefas do caudilho está atrelada à hierarquia – organização política centralizada – e distribuída em funções que se assemelham às repartições de poderes. No topo estava o caudilho nacional, seguido abaixo pelo caudilho regional e, na base, o caudilho local. Essa pirâmide estava ligada por laços pessoais de lealdade e proteção mútua.

Em junho 1830 foi promulgada a primeira Constituição do Estado Oriental do Uruguai. Característica da época, teve inspirações francesa, espanhola, separação de poderes e impossibilitava a reeleição do presidente da República. A Carta Magna foi a tradução das diferenças entre as regiões uruguaias, uma vez que explanava, para depois ignorar, uma realidade social desigual dentro do território. A Constituição de 1830 foi feita pela burguesia mercantil, que colocou na forma de lei os pensamentos de superioridade que nutriam pelos habitantes da *campaña*, como a negação ao voto dos analfabetos, que representavam a realidade da maioria dos habitantes do Uruguai.

Devido às guerras – que impossibilitaram o arranjo de formas de administração maduras – o país esteve à mercê da confusão feita sobre os papéis exercidos na vida pública. A ausência do sentimento de nacionalidade está estritamente ligado às fronteiras do país, que convivia socialmente com os vizinhos argentinos e brasileiros.

Diante de tantas incertezas, naturalmente o Uruguai constituía um ambiente desfavorável para o desenvolvimento de atividade econômica. Se o Império brasileiro tinha ciclos econômicos, baseados em diferentes produtos de exportação, o mesmo não acontecia com Uruguai, que tinha na exploração de gado sua principal mercadoria. O novo país necessitava de ingerência, a fim de sanar os problemas crescentes, como as frágeis fronteiras.

Sendo assim, em outubro de 1830 Fructuoso Rivera foi eleito o primeiro presidente da República. Caudilho, como supracitado, não era um “homem das leis”, se aproximando muito mais do campo, estando alheio às reais funções da administração

pública. Esteve à frente do país por quatro anos, cumprindo seu mandato quando forças internas começavam a se levantar, apoiando-se com forças externas. Essas novas “coligações” entre fronteiriços do Brasil, Argentina e Uruguai seria uma das características da Guerra Grande, anos mais tarde.

Em 1835, seguindo o preceito constitucional, o General Manuel Oribe sucedeu a Rivera por meio da Constituição de 1830. Representando o oposto do caudilho, uma vez que fora educado militarmente, buscava a ordem e aspirava o controle do Estado. Outra coligação que culminaria na Guerra Grande, em 1839, foi o apoio que Oribe buscou em Juan Manuel de Rosas, governador da província de Buenos Aires. Rosas, por sua vez, visava a construção de um país único, e via na união com Oribe a possibilidade de alcançar seu objetivo, logo, era interessante para ele apoiar a luta do uruguaio. A oposição entre Rivera, antigo presidente, e Oribe, se intensificou em especial após o fim da *Comandancia General de la Campaña*, que dentro das novas diretrizes de Oribe deveria desaparecer, para acabar com a dualidade de governos. Desse modo, Rivera levantou-se contra Oribe em uma Revolução, em julho de 1836.

O levante de Rivera contra Oribe data da origem dos dois maiores partidos políticos uruguaios: *blancos* e *colorados*. As cores diziam respeito às divisas usadas pelos líderes, que a princípio foram adotadas como medida de diferenciação partidária para a população, a qual era majoritariamente analfabeta. Oribe assumiu o branco, proclamando seu exército de “*defensores de las leyes*”. Rivera, por sua vez, usou o poncho vermelho (colorado). Sendo assim, as cores começaram a ganhar significado à medida que os grupos que representavam se identificavam e aderiam aos preceitos.

A insurreição ganhou dimensões maiores quando, de fato, ambos buscaram apoio externo. De um lado Rivera, unitários argentinos e revolucionários rio-grandenses brasileiros. De outro, Oribe e Rosas. Por fim, o exército do primeiro grupo (colorados) avançou o suficiente para fazer Manuel Oribe renunciar, em outubro de 1838, “exilando-se” em Buenos Aires.

Ao fim do embate, a dívida uruguaia – decorrente dos gastos com o conflito – cresceu, colocando o país em uma complicada situação econômica. Houve o que caracterizaria contemporaneamente fuga de capital, tendo em vista que os comerciantes, únicos capazes de ajudar, só auxiliariam com a garantia de recuperar o investimento.

Acima de tudo, as fronteiras com o Império do Brasil e a Argentina continuavam frágeis, portanto, passíveis de novas invasões.

As história do Brasil e do Uruguai no século XIX estão entrelaçadas à da Argentina. Mesmo sob formas de governo distintas, as narrativas que perpassam a construção dos estados nacionais se assemelham na luta pelas independências, proteção do território e pretensões no Rio da Prata.

Até 1810 as províncias da Argentina foram governadas pela Espanha. Buenos Aires, uma delas, foi capital do Vice-Reinado do Rio da Prata. O movimento pela independência aconteceu a partir de maio daquele ano. Desde a independência, havia dois projetos políticos para a organização de um Estado argentino substituto da organização política colonial: o unitário e o federalista. Os primeiros defendiam a centralização do poder em Buenos Aires e, conseqüentemente, o controle da província sobre o comércio e a navegação no Prata. Essa postura teve apoio dos estancieros (fazendeiros) e comerciantes da região. Os federalistas visavam a divisão da República em províncias autônomas, a fim de estarem aptos a fazerem frente à crescente de poder de Buenos Aires.

A partir do momento que a Argentina declarou sua independência, iniciou-se um período de guerras – que se encerraria apenas em 1816 –. Buenos Aires depôs o vice-rei e indicou uma Junta Provisória de Governo das Províncias Unidas, composta por representantes – líderes revolucionários – dos grupos dominantes à época, sob a liderança do mercador Cornélio Saavedra. O grupo foi alvo de desconfiança por parte da elite, restando a eles buscar apoio nos setores populares, fato que mostrou-se indispensável para a concretização dos objetivos buenaireses. Em 1806 e 1807 a Inglaterra tentou por duas vezes invadir Buenos Aires e não logrou sucesso em decorrência da alta militarização da região, que estava sob o controle do francês Santiago de Liniers, que por meio da mobilização popular armou 8 mil homens³, em uma bem sucedida luta contra os ingleses.

Com o fim desse primeiro momento de lutas e a consolidação da independência, a elite mercantil-agrária de Buenos Aires instalou um poder central, ainda em 1816. Todavia, a implantação dessa nova forma de governo não foi estável, uma vez que houve oposição por parte de José Gervásio Artigas. Este foi um caudilho oriental que lutou contra as pretensões de Buenos Aires em reconstituir o antigo território do vice-reinado

³ BEIRED, J. Breve história da Argentina. São Paulo: Ática, 1996, p. 31.

do Rio da Prata. As aspirações buenaienses encontraram amparo junto à dinastia portuguesa de Bragança, que também fomentava o projeto expansionista. A princípio o caudilho encontrou dificuldades para impor seus planos, como a reforma agrária, além da própria hegemonia sobre as outras províncias. Por fim, conseguiu o controle sobre o litoral (Santa Fé, Corrientes, Entre Rios e Uruguai, ainda não independente) e também de Córdoba e Missões.

A independência da Argentina foi formalizada em 1816, no Congresso de Tucumán, mas um período de instabilidades relacionados às guerras se encerrou para o início de outro. A discussão começou a girar em torno de sobre qual seria a melhor forma de governo: República ou Monarquia. Os defensores de ambas as ideias não foram bem sucedidos e nem mesmo a Constituição de 1819 encerrou o impasse.

Em 1820, diante das instabilidades surgidas após a independência, os caudilhos litorâneos conseguiram encerrar o poder central que estava centrado em Buenos Aires. Com isso, o país dividiu-se em nove províncias autônomas, permanecendo assim até a tentativa de criação de um governo nacional, quando nomearam um presidente da República – Bernardino Rivadavia – em 1826 e aprovaram uma Constituição. As autoridades nacionais colocaram Buenos Aires sob seu controle e, nesse novo contexto, as rendas da província foram nacionalizadas e distribuídas, a fim de beneficiar as outras regiões. Todavia, essa nova configuração de poder foi desmontada, uma vez que a luta pela hegemonia resultou em desentendimentos.

Era claro o conflito entre os caudilhos que objetivavam pelo poder de suas províncias. Ademais, Buenos Aires continuava a se destacar, visto a sua importância econômica e militar. Sendo assim, o equilíbrio e paz foram rompidos por meio dos conflitos de interesses entre Buenos Aires e, principalmente, Facundo Quiroga, governador da província do interior, *La Rioja*.

Em 1828 se iniciou um novo período de instabilidade. Naquele ano a Junta de Representantes da Província de Buenos Aires indicou Manuel Dorrego como governador, que foi um federalista com apoio popular e, a princípio, com apoio da burguesia local, que perdeu ao corroborar com a guerra que o Brasil travava contra a Banda Oriental. Logo, seus rivais unitários se aproveitaram da situação (perda de apoio) e deram um golpe no final de 1828.

Nesse cenário de inconstância surgiu a figura de Juan Manuel de Rosas, que foi um *estanciero* produtor de charque. Se aproveitando do apoio logrado pelo então governador Dorrego e compreendendo o contexto de incertezas, conseguiu se eleger governador de Buenos Aires após as eleições serem fraudadas e terem forçado a permanência dos unitários no poder. É fundamental elucidar que a conseguinte guerra Civil no Uruguai nas décadas de 1830 e 1840 está, também, atrelada a disputa pelo estoque de gado entre *estancieros* do Rio Grande do Sul, Uruguai, *Entre-Ríos* e Buenos Aires. Logo, o fator econômico junto ao peso político da figura de Rosas, evidenciam sua importância e influência na região. Rosas permaneceu como governante até 1852, governando sob uma ditadura, mantendo seus anseios pela hegemonia no Rio da Prata, embora durante sua administração Buenos Aires tenha se recuperado. No seu comando, a expansão dos *saladeros* e criação de gado foram os principais setores responsáveis pela restauração da economia e alargamento das fronteiras da região. Nesse período, Buenos Aires concretizou sua hegemonia sobre o interior e o litoral, se fortalecendo, também, a partir de conflitos externos, como a Guerra Grande, responsável pela estabilização e posterior queda de Rosas.

2 – A Guerra Grande

A política na América do Sul do século XIX foi fortemente marcada por estados recém-independentes que, à medida que tentavam se fortalecer economicamente, assistiam suas frágeis fronteiras serem cotejadas por líderes locais, emergentes dos antigos vice reinos espanhóis. A língua, religião e costumes em comum não impediram o surgimento do espírito regionalista, marcado e disseminado pela presença de líderes que buscavam o fortalecimento dos estados, assim como fincar seus próprios interesses pessoais, a partir da construção imagética de figuras que exprimiam a vontade povo.

A região do Prata presenciou nesse período a ascensão de caudilhos que aspiravam a unificação da região e, para tanto, estavam dispostos a pegar em armas e invadir territórios, à medida que apoiavam politicamente outros líderes locais, a fim de ver a concretização de seus anseios. O Uruguai sempre foi visado, mas nesse momento viu as aspirações expansionistas se intensificarem. Argentina e Brasil – para proteger seus próprios interesses – concentravam atenção no país em uma constante elucubração.

A Guerra Grande do Uruguai durou doze anos (1839-1851) e foi uma consequência direta do contexto de incertezas políticas. Somado a isso, influências estrangeiras e rivalidades partidárias contribuíram para a eclosão do conflito. A guerra teve início quando Rivera derrotou Oribe em 1838 e, como consequência, este deveria renunciar à presidência, o que aconteceu, além de seu exílio em Buenos Aires. Na província argentina buscou por apoio na figura de D. Juan Manuel de Rosas, uma vez que pretendia retornar ao poder. Em março de 1839 Rivera, no Uruguai, foi eleito presidente e, meses depois, declarou guerra à Rosas. Feito isto, o cenário bélico foi distribuído em alianças pontuais.

Rosas, segundo Lúcia Besouchet, “é seguramente o político mais destacado da política americana da época”⁴. A princípio se sobressaiu na luta contra os ingleses na tentativa de controlar as atividades do Rio da Prata, angariando apoio dos países vizinhos, embora seus reais anseios dissessem respeito às invasões expansionistas. Uma vez a simpatia conquistada, Rosas começou a colocar seu plano hegemônico em prática.

⁴ BESOUCHET, L. Mauá e seu tempo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 43.

Segundo Raymond Aron, “poder é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais”⁵. Logo, Rosas desejava assegurar sua influência na região por meio do controle do Rio da Prata, impondo suas aspirações aos demais estados por meio, também, do controle político. O poder que o governante argentino objetivava garantir certamente desenvolveu no governo brasileiro um espírito competitivo e de preocupação, por acreditarem que os anseios personalistas de Rosas poderiam influir no Brasil. Os interesses do Império brasileiro foram de encontro com os ideias “rosistas”. Controlar fluvialmente a região era o objetivo dos dois estados, que compreendiam economicamente a importância do local.

Entre dois países que buscavam a hegemonia do Rio da Prata, a posição uruguaia era, de fato, de um estado tampão. Mas longe de ser um território estabilizado, uma vez que aos olhos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro era um *locus* a ser reconquistado ou, no mínimo, influenciado. O Brasil já havia perdido a antiga Província Cisplatina em 1828, portanto seu interesse na região pode ser elucidado por motivos políticos, que dizem respeito à influência na região, ou seja, não mais intervencionista. A política adotada pelo Brasil foi a preferível no Segundo Reinado, que só mudou de postura quando os interesses do movimento farroupilha atravessaram as fronteiras.

As fronteiras do sul do Brasil eram fluídas. O movimento de gaúchos brasileiros e uruguaiois na região era intensa – assim como os produtos –, com a possibilidade de controle fora do âmbito dos governantes do Rio de Janeiro e Montevideú. Pela falta de coordenação no local, ficava quase impossível um controle aduaneiro, possibilitando que o Rio Grande do Sul estabelecesse uma espécie de “governo fronteiriço paralelo”. Por essa certa autonomia conquistada, o sistema adotado por Rosas era desfavorável aos rio-grandenses, que precisavam da livre navegação para a comercialização de seus produtos. Como resposta ao bloqueio, o Império brasileiro se posicionou contra Rosas.

Ainda em 1848 o Brasil firmou um acordo de amizade com o Paraguai pela navegação do Rio do Prata, enviando para o Rio Grande do Sul tropas sob o comando de Caxias. Em 1849, fez o mesmo com o Uruguai e as províncias argentinas de *Entre-Ríos* e *Corrientes*, a fim de garantir aliados e por compreender a importância de escoar seus produtos. A aliança entre Brasil e *Entre-Ríos* se mostrou fundamental no fim da Guerra,

⁵ ARON, R. Paz e guerra entre as nações. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 99.

quando o governador da província argentina, Justo José de Urquiza se posicionou contra a hegemonia que Rosas pretendia sobre as províncias, assim como o monopólio do porto de Buenos Aires. De fato, a política de Rosas atingia interesses comerciais das províncias argentinas banhadas pelos rios Uruguai e Paraná e, mais, estimulava a desunião entre elas.

Justo José de Urquiza foi um comerciante uruguaio e posteriormente político. A vida de Mauá e Urquiza tinha algumas semelhanças, uma vez que ambos foram ricos, donos de terras e “bebiam da fonte” europeia de conhecimento. A carreira pública de Urquiza começou em 1821, quando foi eleito governador provincial de Entre Rios. Em 1846, no contexto da guerra, rompeu com Rosas, ocasionando em relações cada vez mais frágeis, à medida que pairava o sentimento de abandono de Rosas para com a província de Entre Rios. Urquiza tinha um porto na província de Paraná, que possibilitava a exportação de produtos pecuários durante o bloqueio. Além disso, se importava mercadorias que passavam por fora das províncias até chegar no seu destino e, conseqüentemente, era necessário pagar os tributos, que acontecia com a exportação de moeda. Mas, esse circuito foi frustrado quando Rosas proibiu o comércio, coibindo a saída do metal de Buenos Aires para as províncias. A soma desses fatores ocasionaria a “falência” dos comerciantes do interior, entre eles Urquiza. O governador de Entre Rios protestou, mas não obteve resposta. A partir de então, os unitários argentinos começaram a se impor contra Rosas de maneira incisiva.

O Império brasileiro garantiu certa hegemonia local durante o século XIX. Prova da força conquistada pelo Brasil está na ajuda objetivada pelo Uruguai, uma vez que “unitários argentinos e os colorados uruguaio acenavam ao Império com a livre navegação do Prata a fim de obter auxílio contra Rosas”⁶, ao passo que Montevideú já se encontrava sitiada (*Sitio Grande*) por Oribe e Rosas. À medida que as relações entre Império e Argentina eram mantidas, aquele, às escondidas, preparava-se para a intervenção contra o bloqueio.

Uma das explicações para o envolvimento brasileiro estava pautado pelo medo de ter seu território invadido, que aumentou após Oribe chegar às terras uruguaianas do Barão de Jacuí. Por ser um território de fronteiras incertas, Rosas considerou uma invasão de Jacuí e, conseqüentemente, brasileira. O Império, por sua vez, exigia de Rosas

⁶ BESOUCHET, 1978, p. 47.

explicações pela invasão de Oribe às terras brasileiras. O clima de insatisfação estava instaurado e o ambiente que já era hostil estava pavimentado para a eclosão da guerra.

Irineu Evangelista começou a ganhar notoriedade perante o governo Imperial a partir da Guerra Civil Uruguaia. Seu apoio financeiro foi de longe um dos fatores que garantiriam a vitória para o lado brasileiro, uma vez que o Rio de Janeiro interviu no conflito do país vizinho. Mauá iniciou sua vida profissional como caixeiro, logo que chegou à capital do Império, vindo da província do Rio Grande do Sul. Do começo humilde progressivamente trabalhou para, no auge da guerra, ver suas atividades comerciais e financeiras transporem fronteiras nacionais, tornando-se o maior empresário brasileiro da época.

Com o desenrolar da Grande Guerra o Uruguai assistiu suas finanças ruírem. O estopim para acenarem em busca de ajuda do Brasil aconteceu quando o governo francês cortou os subsídios oferecidos para o Uruguai. Com isso, a solução foi, de fato, procurar auxílio brasileiro. Para tanto, enviou à capital do Império o seu representante diplomático, André Lamas. Como resposta, Buenos Aires convocou Tomás Guido a também comparecer ao Rio de Janeiro. Nesse contexto, a presença de Mauá começou a se fortificar.

A intervenção começou quando, como supracitado, o governo francês, em 1850, suspendeu a ajuda que vinha oferecendo ao então Estado Oriental do Uruguai. Em cartas trocadas com o então ministro uruguaio, Dr. Andrés Lamas, Mauá cita a importância que viria a ter, uma vez que estava disposto a ajudar “na defesa da nobre causa”, ao se referir à luta pela soberania uruguaia. Irineu uniu seus interesses pessoais – fomento de suas atividades comerciais – à causa Imperial. Evangelista foi um liberal que acreditava no federalismo, a partir da concretização da liberdade e das indústrias. Sendo assim, a ascensão de Rosas representava o oposto de suas crenças. Vindo do Sul do Brasil, acompanhava de perto às aflições de seus conterrâneos, que viviam mais intensamente a emergência de Rosas e assistiam à influência que este exercia no Rio da Prata.

É essencial elucidar que a mudança de posicionamento do governo imperial no que tange a intervenção no conflito uruguaio se deu, sobretudo, à mudança de liderança: saiu o Marquês de Olinda – mantenedor da neutralidade – e entrou Paulino Soares de Sousa, o futuro Visconde do Uruguai. Este, tinha um posicionamento inverso ao de seu

antecessor: visava a mediação do conflito, posicionando o Brasil diretamente na guerra a fim de garantir a hegemonia.

Paulino Soares de Sousa acreditava que, com o fim do tráfico negreiro, o Brasil precisaria ser influente novamente frente a outras questões. Porém, ao evitar se envolver e tentar sustentar o domínio econômico numa vasta porção do continente africano, Paulino pensava em transferir o foco da influência brasileira para os países vizinhos. O Brasil tentava manter-se fora dos assuntos exteriores, porém os planos de Paulino foram além da neutralidade pretendida pelo governo.

A coerção de Mauá se iniciou com um pedido de seu amigo Paulino, que o conhecia de reuniões maçônicas e, com conhecimento de seu patrimônio, acreditava que o empresário simbolizava a iniciativa financeira que o governo brasileiro precisava. Mauá aceitou ser credor do Estado após reuniões e ponderações e, sobretudo, por acreditar que uma eventual vitória uruguaia ocasionaria o aumento de sua fortuna, embora estivesse consciente do risco financeiro que a entrada na guerra significaria.

A nova configuração política, incluindo Mauá, aconteceu também a partir da confabulação com André Lamas, de quem se tornou amigo pessoal. A extensa troca de correspondência documentam uma relação que se estendeu posteriormente à guerra, indo até 1885. Irineu Evangelista confiava em Paulino Soares, sobre quem dizia que dirigia o Brasil com sabedoria, previsão e tino. Portanto, unir-se à esses homens significaria um voto de confiança, quando seus próprios interesses pessoais estavam enraizados aos rumos do Império. Além de Sousa e Lamas, a diplomacia por parte de Herrera y Obes, ministro da defesa do Uruguai foi essencial.

O acordo definitivo que dizia respeito à ajuda brasileira à Montevideu foi firmado secretamente em setembro de 1850. A negociação foi inteiramente discutida entre André Lamas e Mauá. Em uma carta endereçada ao representante uruguaio, Mauá fala abertamente sobre o valor que viria a ser emprestado: “doze mil pesos fortes, cada mês”⁷. As ordens vindas do Rio de Janeiro eram mera formalidade, ao passo que os rumos da guerra e a maneira que o Brasil dirigia as negociações estavam à cargo de Paulino.

Certamente o plano de financiamento esteve cercado de desconfianças e inseguranças. As reuniões e discussões foram inteiramente tratadas de maneira discreta,

⁷ MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1850. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 39.

uma vez que havia espiões enviados pelo governo argentino. No Brasil, o medo esteve a cargo dos ministros do governo, que chegaram a consultar o Imperador D. Pedro II. Este, por sua vez, confirmou sua confiança no plano que estava sendo estabelecido.

Nesse momento, Mauá novamente passou a ter um papel essencial para a concretização dos anseios diplomáticos formais. Irineu abriu um crédito de 1.220.000 francos em Londres que seriam distribuídos em cinco cotas, a fim de recrutar mercenários na Europa e fornecer suprimentos bélicos à Montevideú, além de pagar a dívida deste.⁸

As tropas do Barão de Jacuí estavam desarmadas, fazendo com que o Império exigisse a retirada das tropas de Oribe de terras brasileiras. Com a ordem ignorada, o Brasil interpretou como mais um motivo pró-intervenção. O cerco a Montevideú foi rompido em março de 1851, reunindo então na cidade representantes diplomáticos. Por último, uniu-se a eles Urquiza para, enfim, completar o cerco a Rosas. O ambiente hostil com ameaças territoriais não condissse com o fim da Guerra Grande. O encerramento do embate se deu de maneira rápida, porque mesmo com a invasão do território uruguaio por parte da Tríplice Aliança (Brasil, *Entre-Ríos* e *Corrientes*), não houve combate. Oribe e seus homens foram, literalmente, vencidos pelo cansaço – quando Urquiza à frente de 26 homens rompeu o seu cerco –, restando a escolha pela conciliação, em outubro de 1851.

Com o fim da guerra Mauá pode finalmente voltar-se para a grande e última etapa de seus negócios. O setor financeiro, cotejado pelo empresário, surge como resposta aos próprios riscos que corria ao empreender. E, agora, as empreitadas eram maiores, precisando assim de crédito e capital, palavras estranhas para o vocabulário do brasileiro do século XIX.

⁸ BESOUCHET, 1978, p. 50.

2.1 – Mauá e o Banco do Brasil

Como supracitado, seu envolvimento nos negócios imperiais no Uruguai dizia respeito também aos seus interesses pessoais. Ao ganhar a confiança do governo brasileiro na concessão de empréstimos, pavimentou a estrada que pretendia percorrer, uma vez que a atuação de bancos privados no Brasil era incomum. Com a variação de suas atividades econômicas começou a mobilizar a estrutura brasileira, garantindo privilégios. “Tornou-se em pouco tempo um poder paralelo ao do Estado”⁹, situação já evidenciada, mas que se acentuava com os objetivos imponentes que o empresário tinha para o Brasil. Com sua atuação no meio financeiro torna-se “o elemento mais ativo”, em um período em que deveria lutar contra um cenário que não era favorável, além de ir contra as diretrizes enraizadas no país, como a escravidão.

Mauá objetivava “canalizar num banco de crédito os capitais flutuantes pela extinção do tráfico negreiro”¹⁰, que aconteceu em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, a qual pôs fim a esse infame comércio, no qual era aplicado grande quantidade de capital que buscou, então, outras oportunidades de aplicação na economia brasileira. Compreendia que, com o estímulo de riquezas particulares, a fortuna pública consequentemente cresceria. Além disso, visava pela livre concorrência – ambíguo, porque tinha o monopólio em setores pontuais da economia. Por representar tudo o que o Brasil não era – e não estava preparado para ser – sofreu oposição dentro e fora do governo. Assim como os ideais abolicionistas compactuavam com seus pensamentos e manteve-se perto dos antiescravagistas na luta contra a escravidão, criou uma rede que acreditava em seus próprios ideais econômicos, que segundo Lídia Besouchet giravam em torno de sua obsessão pelo crédito, por este ser o

Mais poderoso instrumento de civilização moderna, no tocante à criação da riqueza em toda a extensão do território pátrio, entranhando-se na vida econômica das localidades onde a presença de elementos suficientes, criados ou por criar, permitissem ser ele empregado com vantagem.¹¹

A sua visão para o Brasil é o casamento de ideia pontuais, como a do crédito, liberdade comercial e do individualismo. Como resposta aos seus anseios, a figura de banqueiro ascende da fusão de todos esses elementos em apenas uma instituição. Para

⁹ BESOUCHET, 1978, p. 57.

¹⁰ Ibid., p. 58.

¹¹ Ibid., p. 61.

compreender a emergência de Irineu Evangelista na área bancária é fundamental elucidar o caminho que possibilitou sua entrada nessa atividade.

A pretensão da abertura de uma instituição bancária no Brasil ganhou forma, de fato, em 1809 sob a figura de D. João VI. Todavia, em 1829 suas atividades foram encerradas, uma vez que a Guerra da Cisplatina ruiu com as finanças do país. Passado o governo de D. Pedro I, apenas no período regencial fora retomado o plano para a criação de um novo banco. Novamente a ideia não foi para frente, porque mesmo com autorização, não foi possível obter capital para abertura da instituição.

Somente em 1851 essa idealização ganhou forma. Mauá, nas palavras de Besouchet, “toma iniciativa de criar o Banco do Brasil (o segundo do nome, mas em realidade o primeiro a funcionar no país depois de emancipado) juntamente com outros capitalistas”¹². Sem grandes problemas, Mauá tem sua ideia aprovada e a instituição passa a se chamar Banco do Brasil.

A princípio o capital seria de 10 mil contos. Além disso, “o banco poderia emitir letras que não ultrapassassem os 50% do capital”. Pouco tempo depois, em julho de 1851, a diretoria autorizou o ingresso de ações. Um mês depois o banco “já havia completado seu capital inicial, ficando as 20 mil ações em mãos de 618 acionistas”.¹³

O banco pegava o dinheiro das pessoas que não tinham onde guarda-lo e emprestava aos produtores agrícolas a um preço menor. Com esse tipo de operação, Mauá estabelecia uma nova forma de financiamento privado, que era benéfico para seus próprios negócios. Em 1846 o capital da Ponta da Areia – uma de suas empresas em solo brasileiro – cresceu e possibilitou a abertura de novos negócios. No fim de 1852 Mauá já administrava todas as suas empresas com o dinheiro fomentado a partir das ações do banco.

Paralelo ao Banco do Brasil de Mauá, havia o Banco Comercial – em atuação desde 1838 – instituição mais conservadora, que captava mais depósitos que Irineu. Em contrapartida, o Banco do Brasil realizava mais empréstimos. Em 1853 quase 25% dos empréstimos de Mauá estava concentrado no exterior: Uruguai e litoral argentino. Além disso, o Banco do Brasil era financiador do Estado brasileiro.

¹² Ibid., p. 61.

¹³ Ibid., p. 62.

Ainda em 1853 começou a crescer a oposição aos negócios financeiros de Mauá. O Imperador designou o conservador Joaquim José Rodrigues Torres, Marquês de Itaboraí, como Ministro da Fazenda. Este enxergava Mauá como uma ameaça para o Império, tendo em vista sua crescente diante do Estado. Como resposta a esse temor, foi criado um Banco oficial, que ficou com o monopólio da emissão de papel. Itaboraí era contra a concorrência entre bancos, pois acreditava que elevaria a fortuna de produtores imprudentes. Esse discurso foi o suficiente para que as pessoas que tinham dinheiro no Banco do Brasil começassem a sacar, assim como os depositantes do Banco Comercial. Ademais, os empréstimos foram restringidos.

Com a ascensão de uma crise, os banqueiros pediram ajuda ao governo, alegando que a fusão entre os bancos seria a solução para evitar uma eventual derrocada das instituições. A partir de então a estabilidade da instituição viria a ser abalada em 1852 com a lei de fusão de bancos – responsável pela junção do Banco do Brasil com o Banco Comercial – que ia de encontro às crenças de Mauá sobre emissão.

Essa regulamentação oprimia a iniciativa privada. Com a fusão, ficou sob o controle do governo o capital, móveis, instalações e o nome: Banco do Brasil. Em abril de 1854 a nova instituição começou a funcionar. No mesmo ano, Irineu recebeu do Imperador o título de Barão de Mauá na inauguração a ferrovia de Petrópolis. É possível aferir que, mesmo com os negócios financeiros estagnados pelo governo imperial, este manteve, paralelamente, a aliança com Irineu em outros setores; uma vez que o empresário ainda mantinha-se como o maior nome da iniciativa privada no país.

Mauá estava inserido em uma realidade econômica retrógrada. Por mais que o Império corroborasse com as ideias do empresário, a lógica vigente era tradicional e conservadora, não permitindo que o industrial prosperasse por fora da zona de segurança. As estruturas estavam fincadas na agricultura e na mão-de-obra escrava, indo contra tudo que Mauá acreditava. Irineu foi uma voz isolada, pregando pelo liberalismo e reformas econômicas que nunca aconteceriam. Acreditava no desenvolvimento do mercado interno, em uma política imigratória e na concretização do meio circulante.

Mauá acreditava que o estabelecimento de instituições financeiras – que ajudassem a estruturar a economia – em outros países seria o eixo fundamental para uma relação diplomática. Portanto, desde o fim da Guerra Grande, visava o Uruguai e a

Argentina, como meios para fincar seus próprios objetivos e, ademais, desenvolver o Rio da Prata.

2.2 – O Banco Mauá no Uruguai

Fiel aos seus ideais e infatigável na realização de suas aspirações, continuou seu investimento no meio financeiro. Em 1855 fundou o que seria sua segunda instituição no ramo bancário, Mauá, MacGregor & Cia. O novo banco era internacional, mas com sede no Brasil e agência na Inglaterra. Dessa vez, o empresário colocou o enfoque em um outro perfil de público: comerciantes locais. Por ser o primeiro banco estrangeiro, acreditava ser possível manter a conexão desses “pequenos empresários” com o exterior, além de conseguir capital estrangeiro para investir no Brasil.

A fim de evitar eventuais hostilidades por parte do governo, decidiu por controlar o novo banco com base em ações. Ademais, consultou o chefe do gabinete do Ministério da Fazenda, Marques de Paraná, que não colocou objeções na criação de uma nova instituição. Dessa forma, o banco existiria sob o comando de sócios, que controlariam até o limite de seu investimento na sociedade, repartidas em ações. Os primeiros nomes foram o próprio Mauá, José Ignacio Tavares e Alexander Donald Mac Gregor.

Mesmo com a cautela ao abrir a nova instituição, Mauá voltou a enfrentar problemas com Itaboraí, que considerou o novo estabelecimento uma afronta ao monopólio do Banco do Brasil, agora sob controle do Império. Como resposta a Mauá, um decreto proibiu a divisão do capital em ações. Logo, o novo banco seria diretamente afetado. Além dos problemas no Brasil, Mauá enfrentou problemas na Inglaterra, onde seu banco não logrou o sucesso esperado. Ademais, foi alvo de desconfiança dos Rothschild, que desde 1852 controlavam os empréstimos externos brasileiros.

Diante das dificuldades enfrentadas no Brasil, Mauá começou a estudar a possibilidade de estabelecer suas atividades em outro país. Em correspondências endereçadas a André Lamas em 1856, conta sobre seus anseios em abrir um novo estabelecimento que seria chamado Grande Banco Comercial e Industrial do Rio da Prata, com filiais em Buenos Aires e a província de Paraná.

Qualquer destes dias mandarei a V. Exa os estatutos de um grande banco para o Rio da Prata cujo centro de operações seja Montevidéu, para V. Exa corrigir o que julgar necessário, e mandar verter em espanhol. ¹⁴

Ainda em abril de 1853 Mauá voltou a falar sobre a concessão de empréstimos ao Uruguai e abrir um banco no país, que de fato foram realizados e tiveram sus trâmites finalizados em janeiro de 1855. O cenário político Oriental era instável, devendo Mauá estabelecer suas pretensões de expansão em um país no qual acaba de iniciar-se uma revolução, a de Muñoz – *blanco* – contra Flores. O Uruguai também passava por um momento de mudança nas bases econômicas: iniciava-se o incentivo à agricultura. O país que antes foi um grande nome no setor bovino, viu a guerra reduzir esse número. Frente essa reestruturação, coube a Mauá “liderar” a mudança.

Mauá foi um grande conhecedor do ambiente político do Rio da Prata. Nasceu no sul do Brasil e durante sua vida manteve os vínculos com a região. Além disso, ingressou, como supracitado, como o “diplomata” da Corte nos assuntos externos na posterior Guerra Grande Uruguia. Ao analisar as correspondências de Mauá, principalmente em troca com André Lamas, fica evidente a consciência que Irineu tinha do que esperar de Montevidéu.

Com as mudanças que infelizmente ocorrem com frequência no Estado Oriental não é possível contar com o futuro nem mesmo de um mês para outro, quanto mais por anos como exigiria semelhante operação. ¹⁵

Em outra correspondência sem data, mas escrita possivelmente¹⁶ entre janeiro de 1854 e outubro do mesmo ano, Mauá comunica ao amigo André Lamas sobre a ida à Montevidéu

Estou resolvido a ir a Montevidéu no vapor Prince que daqui larga na segunda-feira, 12 do corrente.

Observo que as coisas complicam-se ali deveras e os grandes interesses que ali tenho me fazem desejar ao menos conhecer as pessoas de influência com quem terei de entender-me e fazer algum esforço mesmo a ver se posso conseguir alguma coisa.

Desde 1852 havia o anseio pela abertura de um banco emissário no Uruguai, que deveria ser privado, mas com fiscalização estatal. Esse banco deveria auxiliar o comércio,

¹⁴ MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1856. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 53.

¹⁵ MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1854. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 47.

¹⁶ A carta elucidada não tem data, mas em Lúcia Besouchet se encontra entre as correspondências dos dias 7 de abril e 23 de outubro de 1854.

indústria e a agricultura. Esse projeto encontrou em Mauá o entusiasta ideal, que uniu sua vontade pessoal à necessidade do país. Com a recusa de seus sócios brasileiros em concretizar a abertura da instituição, empreendeu sozinho. Todavia, assim como no Brasil, enfrentou dificuldades, dessa vez por parte do governo francês. Afere-se que, temendo pela influência brasileira no Uruguai, optaram pela restrição. Porém, em 1856, abriu uma casa comercial que exercia as funções de banco privado, sem a tutela do Poder Executivo. Nesse primeiro momento, a situação ainda era desfavorável para Irineu, que insistia pela transformação da sua casa bancária em banco, com direito a emissão, porque esse era seu objetivo: abrir uma casa e, posteriormente, um grande banco.

Em carta endereçada a André Lamas, em janeiro de 1854, Mauá frisa o seu conhecimento sobre o projeto francês e como este não seria benéfico para o país. Além disso, pontua a importância de seu banco para a República, como um projeto para desenvolver o Uruguai.

Sobre este particular darei a V.Exa um trabalho mais completo e estudado daqui a alguns dias, por me parecer menos urgente: direi agora que o projeto Menck peca a respeito *especialmente* e que um estabelecimento assim organizado não daria as necessárias garantias; nem são por forma alguma aceitáveis os estatutos do Banco de França para reger um banco em Montevidéu, pois muitas das suas disposições seriam inexequíveis.

Os estatutos do grande Banco do Brasil que se vai fundar satisfariam muito melhor as exigências da República *convenientemente modificados*, e dar-me-ei ao trabalho de aprontar os artigos que devem ser alterados em referência às exigências da República e o enviarei a V.exa. e seus amigos; pois trata-se de uma instituição que exercerá grande influência nos destinos da República e que por forma alguma convém seja mal sucedida, pois em tal caso em vez de ser uma influência benéfica trará males extraordinários. Sem tempo para mais, rogando a V.Exa desculpar-me o desalinho destas observações feitas à pressa.¹⁷

Em certos momentos, era visível o desânimo de Mauá para a concretização de seus objetivos no Uruguai, uma vez que a política do país ainda era um obstáculo. Em carta de janeiro de 1857 endereçada para Lamas, Irineu pontuou

Creio que é remar contra a maré pretender reorganizar esta nacionalidade: os homens que existem *não prestam, a geração que se levanta, já vem corrompida*.¹⁸

E, mais à frente, na mesma correspondência, frisa que

¹⁷ MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1854. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 44.

¹⁸ MAUÁ, Barão de. Montevidéu, 5 de janeiro de 1857. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 56.

Sem ser oriental, dói-me o que aqui vejo, porém o remédio só pode vir *das gerações futuras*.

Apenas em julho de 1857, mesmo sob conflito entre deputados e senadores, Mauá foi autorizado a transformar sua casa de comércio em banco, denominado Banco Mauá & Cia. A nova instituição tinha um capital que poderia chegar a 6 milhões e poderia emitir bilhetes. O banco deveria apresentar mensalmente balanços sobre a situação que uma comissão do Estado analisaria. Em 1859 foram abertas duas filiais do Banco Mauá, em Paysandú e Salto.

É fundamental elucidar a relação de Mauá com o Uruguai, que não estiveram resumidas apenas ao auxílio financeiro durante a Guerra Grande ou ao estabelecimento de um banco. A atuação do empresário brasileiro no país continuou incisiva mesmo com o fim do conflito responsável pelo início das relações. O embate ocasionou uma dívida ao Uruguai, seguida de dificuldades financeiras internas. Em julho de 1853 a República procurou, mais uma vez, auxílio no Império, que setembro de 1853 autorizou o subsídio. Diante dos problemas enfrentados pelo Uruguai, Mauá colocou-se mais uma vez à par da situação. Em outubro de 1853, em carta para Paranhos, evidencia:

[...] nem me julgue V.Excia. *intrometideo*, não sou homem político, e nada absolutamente quero da política; porém receio que êstes negócios do Rio da Prata nos envergonham, e isso me amofina porque sou Brasileiro até o âmago dos ossos”.¹⁹

A partir de então, Mauá mostrou estar ciente de tudo que acontecia no país vizinho. Além disso, estava disposto a influir no rumo da política, mesmo defendendo não fazer parte dela. O empresário caiu em contradição pouco tempo depois, quando usou seu dinheiro para auxiliar o governo de Juan Giró. Nesse momento, a atuação decisiva de Mauá na Guerra era conhecida e, conseqüentemente, seu poder. Logo, em maio de 1853 emprestou para o presidente uruguaio 84.000 pesos.²⁰

Ser um homem com mais de um foco transformou Mauá em uma figura a ser assistida de perto pelo Estado. As relações com o governo Imperial nem sempre foram estáveis. Irineu se transformou em uma pessoa que, ao mesmo tempo, era credor e concorrente do Estado. Logo, as exigências de Mauá passaram a ficar insustentáveis para o Império, que temia o crédito, a iniciativa particular e temia pelo seu bom nome.²¹ Em

¹⁹ SOARES, A. T. O Gigante e o Rio: Ação de Mauá no Uruguai e Argentina (1851-1878). Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1857, p. 146.

²⁰ *Ibid.*, p. 147.

²¹ BESOUCHET, 1978, p. 63.

suma, o governo estava sufocando qualquer aspiração de Mauá que pudesse parecer arriscada demais. E, no Brasil do século XIX, qualquer iniciativa que fosse um “ponto fora da curva” do esperado, seria considerada inviável. Ficava cada vez mais difícil a independência seu capital, algo que empresário desejava, para estimular o crédito e, posteriormente, aplica-lo em indústrias. A ambiguidade de Mauá ficava latente à medida que lutava contra a guarda do Estado, mas ao mesmo tempo estava amparado pelo crédito do governo imperial logo que abria um grande centro e precisava de segurança financeira.

A pluralidade bancária e o medo de uma eventual má utilização de crédito em atividades pouco rentáveis assustava o governo. Porém, em situações de crise, como de fato aconteceu, o próprio governo recorria a Mauá, objetivando a resolução da crise. Logo, é evidente a mútua dependência. Mesmo atingido pela crise, Mauá foi passível de tornar-se a solução para tal.

2.3 – O Banco Mauá na Argentina

Em maio de 1853 foi sancionada a nova Constituição argentina, que adotou o sistema representativo, republicano e federativo. O novo documento garantia direitos individuais como a liberdade ao culto (o catolicismo permaneceu sendo a religião oficial do Estado). Ademais, garantia a livre navegação dos rios e liberdade de trânsito entre as províncias, que tiveram a garantia de manutenção de suas instituições. A Carta Magna foi no dia 25 do mesmo mês por José Urquiza, diretor provisório da Confederação. Urquiza foi eleito, em 1853, presidente na nova República e realizou uma política que atendeu aos interesses do interior.²²

As províncias aceitaram a nova Constituição, com exceção de Buenos Aires, que ainda em 1852 rompeu com a constituinte, por não aceitar perder seus privilégios, como as rendas do porto. Com a recusa, a Argentina foi dividida em dois estados independentes: a província de Buenos Aires e a Confederação Argentina, com a capital em Paraná. Esta, realizou eleições indiretas em novembro do mesmo ano e elegeu José Urquiza como presidente.

Como consequência dessa divisão, a Confederação perdeu a aduana de Buenos Aires, restando ao estado criar um novo sistema econômico e financeiro. Nesse primeiro

²² BEIRED, J. Breve história da Argentina. São Paulo: Ática, 1996, p. 38.

momento, foi criada uma administração central – comandada pelo Ministro da Fazenda – que ficaria encarregada do âmbito financeiro, como moeda e emissão de bilhetes. Essas disposições estavam sob forma de lei. Foi criada a Oficina Central e Chefe, na forma de Banco Nacional e Casa da Moeda. É fundamental elucidar que a moeda poderia circular em todas as províncias, dando um caráter nacional para o que fora criado na Confederação. O que pode ser explicado pelo fato de o banco também ser o Tesouro Nacional. Todos os funcionários estariam sob tutela da administração geral, que era encabeçada pelo Poder Executivo. Em fevereiro de 1854 o banco começou a funcionar.

O ingresso de Mauá na Argentina aconteceu por meio de José de Buschenthal, empresário uruguaio (nacionalizado brasileiro em 1828 e posteriormente argentino) que naquele momento atuaria como representante da Confederação na busca por empréstimos. Entre os requisitos que a Confederação prometeu cumprir, estava a contratação de um banco com capital mínimo de 4 milhões de pesos, que poderia emitir bilhetes. Buschenthal chegou ao Brasil, em posse de uma carta de Urquiza para o Imperador. Todavia, o Império foi cauteloso, frisando que estudaria a situação mediante diálogo de Urquiza com o governo paraguaio para que respeitassem a navegação brasileira. Buschenthal alegou ter conseguido contato com a “primeira autoridade financeira do Brasil”²³, o Barão de Mauá, embora o primeiro encontro tenha sido desastrado. Porém, Urquiza tinha conhecimento da imagem de Irineu e sabia dos feitos do rio-grandense no Brasil a partir de seu banco.

Álvaro Teixeira Soares defende que “quando Mauá revolveu levar seus sentimentos à Confederação, surgiu o que Ramón J. Cárcano chamou a ‘diplomacia do patacão’”²⁴. O estabelecimento de Mauá no país surgiu após a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, ratificado na capital Paraná, em março de 1856. Os acordos bem sucedidos feitos por José Maria da Silva Paranhos com Urquiza, evidenciaram a importância de uma instituição e, além disso, abriu caminho para os empréstimos cedidos pelo Império à Confederação. Portanto, Irineu estabeleceu seu banco a partir da sondagem argentina, que precisava organizar o Estado e suas finanças.

²³ RATO DE SAMBUCCETTI, S. Urquiza y Mauá: El Mercosur del Siglo XIX. Buenos Aires: Macchi, 1999, p. 139.

²⁴ SOARES, A. T. O Gigante e o Rio: Ação de Mauá no Uruguai e Argentina (1851-1878). Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1957, p. 189.

Nesse período Mauá já tinha prestígio, devido aos êxitos logrados no Uruguai, logo, a princípio, não enfrentou dificuldades para abrir o banco.

Em novembro de 1857, quando Mauá chegou à capital Paraná, foi aceita sua proposta para a abertura da instituição. Uma lei fora aprovada pelo Congresso, autorizando a criação de um estabelecimento bancário, que teria sede em Rosário com filiais nas províncias. Assim como antes, o banco seria administrado na forma de ações, quando o controle de Mauá diminuiria. A entidade estava atrelada ao Estado, uma vez que receberia depósitos públicos, os devedores seriam considerados do Estado e os falsificadores seriam falsificadores da moeda nacional. O novo negócio mostrou-se vantajoso para Mauá, que não teria a concorrência de nenhum banco emitindo bilhete por no mínimo quinze anos, direito garantido pelo governo argentino. O banco só começaria a funcionar, de fato, em janeiro de 1858. Por enquanto, poderia usar o bilhete emitido em Montevideú.

As negociações para a abertura do banco foram rápidas e bem sucedidas, uma vez que “quarenta e oito horas depois da chegada de Mauá a Paraná, ficaram assentes e assinadas as bases para a fundação do banco”²⁵. Embora contasse com o aval e a amizade de Urquiza, Mauá teve de enfrentar desconfiças e ataques, fatores que impediram que o banco atuasse plenamente. Ademais, lidou com exportações clandestinas para Buenos Aires, forçando o empresário a abrir uma nova filial, a fim de impedir o contrabando. Soma-se a isso a escassez de moedas e resistência ao bilhete.

É fundamental elucidar o relacionamento de Mauá e Urquiza, que se encontraram pela primeira vez em dezembro de 1857 e, a partir de então, estabeleceram um vínculo de amizade. A conexão entre os dois foi um eixo que influenciou sobre os rumos da Confederação, uma vez que Urquiza valeu-se da imponentia de Mauá para concretizar seu acesso a recursos. Segundo Soares, o empresário brasileiro se transformou em um “agente comprador de coisas voluptuárias para Urquiza”.²⁶ Mauá abriu o banco na Confederação seguindo os mesmos princípios que o guiaram até aqui: interesses pessoais e desenvolvimento. Ao dirigir-se para a região, compreendeu que um banco seria fundamental para auxiliar o governo de Urquiza.

²⁵ Ibid., p. 194.

²⁶ Ibid., p. 198.

Mauá estabeleceu um novo banco na capital da Confederação Argentina, a cidade de Paraná, na província de *Entre-Ríos*. Mas como ocorrera em Montevideú, enfrentou oposição a essa iniciativa. Os franceses, que antes detinham o direito de atuar na Confederação, não gostaram da ideia de um novo banco na região e estavam representados por De Barth. Este entrou em contato com Mauá, que não aceitou as investidas contra seu estabelecimento. O francês insistia em impedir a concretização do banco ou, pelo menos, conseguir do governo um ressarcimento por direito. Todavia, Mauá logrou sucesso e, mesmo com forças contrárias, estabeleceu a filial do banco em Paraná. Como supracitado, Mauá visava pela criação de um grande banco, com presença em Montevideú, Buenos Aires e no Paraná. Portanto, era fundamental para o empresário estabelecer seus negócios de acordo com o planejado, a fim de concretizar seu objetivo maior.

3 – Urquiza – e Mauá – vs. Mitre

Mauá intensificou sua influência no Rio da Prata a partir do estabelecimento de seus negócios – agências do seu banco – na região. A princípio, atuou como “diplomata” extra oficial do Império, além de ter sido a fonte financeira para concretização dos planos do governo. Com isso, desde 1850 seu nome e fama estavam estabelecidos. Já era do entendimento dos homens de Estado que sua fortuna e atuação perante a Corte poderiam ser fundamentais para a efetivação dos objetivos políticos. Segundo Lúcia Besouchet, “em 1854, vamos, pois, encontrar Mauá em intensa atividade no Rio da Prata.”²⁷

De acordo com Jorge Caldeira, Mauá atuava no Prata como o sócio do governo brasileiro munido do aval do Imperador para a realização de seus negócios, situação que só mudou a partir do momento que fixou seus bancos na região. Ademais, “até o início da década de 1860 nunca teve motivos para queixas: o governo brasileiro protegia fielmente seus interesses, que eram os interesses nacionais naqueles países”²⁸

Álvaro Teixeira Soares posiciona o empresário brasileiro como um “bom observador da política uruguaia”²⁹, situação que se repetiu em relação aos outros países. Além disso, o autor defende que o conhecimento de Mauá no que diz respeito a região, está diretamente ligado às amizades que o banqueiro mantinha. Portanto, foi possível que o empresário conhecesse “melhor que ninguém os *entretelones* da política do Prata.”³⁰ Isso fez com que fosse atacado por ambos os partidos políticos – *blancos* e *colorados* –. Ademais, os seus bancos passaram a ser um instrumento da diplomacia imperial, fato que corroborou para o aumento das hostilidades.

Outro fato que certifica a visão “desenvolvimentista” de Mauá em relação à América do Sul, como um todo, está nos planos que o empresário tinha de ampliar seus negócios para outros países da América do Sul, segundo Álvaro Teixeira Soares. Embora as circunstâncias fossem diferentes³¹, o banqueiro pensou em abrir instituições financeiras no Chile, Peru e Bolívia. Logo, o autor defende que “por isso mesmo, a ação

²⁷ BESOUCHET, 1978, p. 101.

²⁸ CALDEIRA, J. Mauá: empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 400.

²⁹ SOARES, 1957, p. 140.

³⁰ *Ibid.*, p. 188.

³¹ No Uruguai e na Argentina Mauá abriu suas agências bancárias com a finalidade de promover o crescimento dos países, além de expandir seus negócios para ambientes que favorecessem suas atividades. O empresário cogitou ampliar suas instituições financeiras para o Chile, Peru e Bolívia devido às perseguições implacáveis que começou a sofrer na Confederação.

de Mauá no Uruguai e na Argentina revelou facetas novas do pioneirismo internacional”.³²

Mauá acreditava que era fundamental a união entre os países. É factível supor que a preocupação do empresário em relação à estabilidade da região está na segurança financeira, uma vez que regiões pacíficas favorecem o desenvolvimento econômico. Após as separações dos países europeus, a região precisaria romper com séculos de relações atreladas a dependências. Além disso, seria necessário buscar por uma visão que evitasse guerras e intervenções territoriais. Para tanto, consolidar as fronteiras e as relações políticas e econômicas era a base para a concretização desses objetivos. Porém, a década de 1860 se iniciara com a continuação das contendas no Rio da Prata. Novos personagens políticos apareceram para, junto aos “velhos” homens do Estado, criarem laços que iriam de encontro com o imaginário de Mauá e fizessem emergir a maior guerra do Cone Sul.

Na Argentina, as relações entre a Confederação e Buenos Aires se deterioraram em 1859, quando Bartolomé Mitre liderou um levante da Província de Buenos Aires contra a Confederação, presidida por Urquiza. Mitre foi um político e militar liberal que por manter uma posição contrária a Rosas, foi exilado e viveu em diversos países da América do Sul. Com a queda daquele, regressou à Argentina em 1852 e, neste momento, liderou em setembro a primeira revolta contra Urquiza. Sem sucesso, manteve a postura de oposição à Confederação, sendo nomeado para cargos na província de Buenos Aires.

A objeção entre os líderes deu início a uma guerra civil, que começou em outubro de 1860. Mitre, porém, foi derrotado por Urquiza, na Batalha de Cepada. Com o fracasso, a província de Buenos Aires aceitou reingressar na Confederação. Para tanto, suas emendas constitucionais deveriam ser aceitas. Entretanto, Mitre rompeu com a paz e se levantou novamente, culminando na Batalha de Pavón, em Santa Fé. Desta vez, porém, derrotou o Exército Nacional de Urquiza, em setembro de 1861.

Mitre foi um defensor da integridade territorial e, a partir da vitória sobre Urquiza, concretizou a união entre Buenos Aires e a Confederação. Em outubro de 1862 foi eleito presidente da República – cargo que ocupou até 1868 –, unificando a Argentina como um estado unitário, com poder central exercendo sua jurisdição sobre as províncias.

³² SOARES, 1957, p. 201.

A princípio o Império adotou uma postura de neutralidade em relação ao conflito entre Urquiza e Mitre. Segundo Francisco Doratioto

Ao Império não interessava a instabilidade política argentina porque, além de colocar em risco a segurança da navegação na bacia hidrográfica platina e a estabilidade política regional, dificultaria o pagamento da dívida junto ao Tesouro brasileiro.³³

Em abril de 1860, Mauá comunicou a André Lamas uma das posições que obteve do governo brasileiro por meio de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, à época Ministro das Relações Exteriores:

[...] a política do Governo é amistosa para com seus vizinhos; que nada quer deles senão o cumprimento dos tratados e ajustes feitos e a manutenção de boas relações. Que entende não haver conveniências em novos tratados ajustes ou convenções que só têm dado lugar a ser o Brasil insultado e caluniado [...] ³⁴

A Confederação, entretanto, continuou a receber empréstimos do Império. Porém, o governo brasileiro se negou a apoiar uma investida militar de Urquiza contra a Província de Buenos Aires e, posteriormente, se negou a conceder mais uma ajuda financeira. Logo, foi rompida a postura neutra do Brasil diante do conflito argentino. Em correspondência endereçada a André Lamas, em abril de 1859, Mauá pontua a situação argentina, mencionando, segundo análise de Besouchet, o início das hostilidades

[...] agora que começou a tomar medidas o Governo de Buenos Aires tudo foge, e parece-me impossível um movimento dentro de Buenos Aires. A luta vai ser prolongada.³⁵

Em julho de 1859 o tom de suas cartas muda, uma vez que a Confederação e Buenos Aires travaram o primeiro embate.

Não sei se V.Exa com efeito chegou a falar ao Sr. Paranhos a respeito da Artilharia que nos falta para armar os vapores da Confederação – a título de empréstimo ou venda ao Governo Uruguai. Sem esta artilharia não estamos bem, pois os vapores serão fácil presa do Armamento Naval que já tem pronto o Governo de Buenos Aires.³⁶

Em setembro do mesmo ano, novamente em correspondência para o representante uruguaio, menciona o receio que tem por eventuais atitudes enérgicas da Inglaterra e

³³ DORATIOTO, F. O Brasil no Rio da Prata (1822-1994). 2.ed. Brasília: FUNAG, 2017, p. 37.

³⁴ MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1860. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 107.

³⁵ MAUÁ, Barão de. Montevideú, 28 de abril de 1859. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 98.

³⁶ MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1859. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 102.

França em relação ao Rio da Prata. Além disso, cobra uma posição firme do Brasil, chamando as ações do Império de atitude “política de água morna”.

Penso que Buenos Aires é demasiado bem tratado por nós; sem tomar o partido da Confederação podíamos, a meu ver, tomar uma posição mais enérgica para com a canalha de Buenos Aires – mesmo a posição prometida ao Governo Oriental é demasiada vaga e incerta para que sobre ela se firme o Governo da República.³⁷

Em dezembro de 1861, com a ascensão de Mitre, reconhece em carta para o amigo Lamas a força do adversário.

Seria preciso *botar abaixo o Sr. Mitre*, o que não será fácil à vista do prestígio que sua afortunada campanha lhe deu. Depois de verem os emigrados sem apoio algum de Buenos Aires, serão logo e logo abatidos e dispersos.³⁸

Mauá foi um empresário com atividades na Argentina, logo um guerra seria desfavorável aos seus negócios. Porém, durante toda sua vida profissional posicionou-se contra qualquer tipo embate entre Estados. Em carta de 1860 defende que “as relações amistosas de palavras não exigem sacrifícios e podem facilmente ser trocadas”.³⁹ Ademais, como “representante brasileiro”, deveria, de certa forma, defender os interesses de seu país, que optou pela neutralidade no início dos conflitos os quais participou ativamente até 1861 – ano da derrota de Urquiza.

3.1 – A continuidade das relações de Mauá no Uruguai

Em março de 1856 Gabriel Antonio Pereira foi eleito presidente, tendo que lidar com a ascensão e investidas de Flores, além dos compromissos feitos com Oribe – quando este morreu, a figura de líder foi assumida por Bernardo Berro. Pereira manteve um posicionamento firme, mas o ambiente revolucionário, por volta de 1857, perpassava o seu governo. Além disso, começou a sofrer oposição de Buenos Aires, onde segundo Teixeira, “desterrados trabalhavam para promover a deposição”.⁴⁰

Os revolucionários se levantaram e enfrentaram Pereira, que reuniu 5.000 homens, contra 1.200 rebeldes. O exército oficial saiu vitorioso, assim como nas demais batalhas. Porém, a matança de Quinteros destruiu a credibilidade do governo. Com isso, “Pereira,

³⁷ MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1859. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 103.

³⁸ MAUÁ, Barão de. Montevideú, 15 de dezembro de 1861. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 131.

³⁹ MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1860. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 109.

⁴⁰ SOARES, 1957, p. 159.

de homem enérgico, passou a ser considerado cruel e mesmo monstruoso em seus apetites de vingança”.⁴¹

O Império teve que lidar com a situação da República e, na tentativa de conciliar as divergências, não agradou ao presidente uruguaio. Amaral, então Ministro do Império, passou a ser chefe da representação diplomática do Império junto à Confederação e, em 1857, fora enviado em missão especial ao Paraguai.

O Uruguai, nesse período, buscava um novo acordo com o Brasil, que substituísse o de outubro de 1851, que tratava sobre comércio e navegação. Coube a André Lamas representar as aspirações da República no Império. Bem sucedido, o uruguaio conseguiu dialogar com as autoridades brasileiras. Porém, os termos estariam a cargo do Império, fato que não foi bem recebido no Uruguai. Lamas e o novo tratado de setembro de 1857 foram alvos de críticas e ataques, sendo Lamas segundo Teixeira, acusado de ser vendido ao Brasil. Em 1859 houve a pretensão da assinatura, entre Uruguai, Confederação e Império, de um tratado que estabelecesse a neutralidade perpétua do Uruguai. O documento foi um comprometimento, mas não entrou em vigência.

André Lamas foi o representante da diplomacia uruguaia. Nestes acordos, é possível identificar o porquê da afinidade que nutria com Mauá. Ambos visavam pela estabilidade do Rio da Prata, buscando soluções pacíficas e benéficas para a região. Os dois mantiveram o posicionamento de defesa da estabilidade. Nas cartas que trocaram, não constam desentendimentos em relação aos rumos que os países que representavam deveria adotar. Os diálogos entre Lamas e Mauá foram determinantes para o “renascimento” do Uruguai.

O empresário estava empenhado em auxiliar a partir de seu banco. Celebrou acordos que corroboravam com a regeneração financeira pretendida por Berro. Para o banqueiro era importante a estabilidade econômica dos países, logo amparou o governante uruguaio com um fundo, a princípio, de 110.000 pesos.⁴² Álvaro Teixeira Soares coloca Mauá justamente como um dos responsáveis pelo reestabelecimento do Uruguai, a partir do acordo de julho de 1859, quando um contrato entre Mauá e o Uruguai reduziram a dívida pública. Ao mencionar “a perseverança e o patriotismo de figuras

⁴¹ Ibid., p. 161.

⁴² Ibid., p. 280.

prestigiosas, alheias à política”⁴³, exalta discretamente a influência determinante que Irineu teve. Teixeira Soares ainda defende que “Mauá levava para o Uruguai um ‘sentido direto’ das virtualidades econômicas do país, bem como uma visão objetiva dos seus problemas financeiros”⁴⁴.

Antonio Pereira conseguiu terminar o seu governo e foi sucedido pelo *blanco* Bernardo Berro, em março de 1860; que assumiu o país em um contexto relativamente estável, quando o Uruguai voltava a crescer. Todavia, logo começou a perceber que o Estado estava cercado pelas velhas figuras dos caudilhos, que ainda tentavam assumir o poder. E, novamente, Flores representava essa incessante busca pelo controle nacional. O novo presidente teria que lidar com as investidas de Mitre, que agora contava com o apoio dos colorados e do próprio Flores. Em suma, estava formado o cerco contra Berro. Todavia, este manteve o plano econômico (com auxílio do Banco Mauá) e, logo, tratou de cuidar da segurança nacional, enviando chefes militares para zonas pontuais.

3.2 – Mauá e a tensão regional

Os conflitos no Rio da Prata estavam longe do fim. As frágeis instituições políticas da região viviam em conflito e, conseqüentemente, a luta pelo poder e hegemonia eram incessantes. O caminho que leva até a Guerra do Paraguai passa pela inserção e consolidação do Paraguai no cenário de embates. Sendo assim, a partir de 1862, a conjuntura política começou a se redesenhar.

O Brasil passava por um período de mudança, pois após dezesseis anos de governo conservador, os liberais haviam assumido o poder. Todavia, o cenário que poderia ser estável, desequilibrou-se, levando os liberais ao centro de uma crise. Para tentar se abster, os liberais se aproveitaram da revolução de Venâncio Flores (contra os *Blancos*) no Uruguai para amparar sua imagem perante a população.

No Brasil, Mauá estava mais uma vez envolvido com a política internacional. O embaixador inglês William Dougal Christie, que atuava no Brasil, começou a agir de maneira imprudente, defendendo ideais que iam além do que estava pautado nos acordos entre o Império e a Inglaterra. Uma série de inconvenientes de âmbito internacional provocaram o abalo nas relações diplomáticas.

⁴³ Ibid., p. 167.

⁴⁴ Ibid., p. 174.

O estopim para que a intervenção de Mauá fosse solicitada pelo governo imperial aconteceu em julho de 1862, quando marinheiros ingleses foram presos por importunarem mulheres no Rio de Janeiro. Diante do ocorrido, Christie sentiu que os direitos ingleses foram violados e, por isso, exigiu do governo brasileiro retratações públicas. O Império se recusou, o que causou a fúria do embaixador, que ordenou o bloqueio do porto da cidade do Rio de Janeiro e ordenou a apreensão dos navios brasileiros. Diante das incertezas, a opinião popular estava enfurecida, restando ao próprio Imperador D. Pedro II discursar com a finalidade de defender a soberania nacional. Diante do acontecimento, Mauá se encontrou com Christie, objetivando contornar a situação perante o embaixador. Um dos motivos para a reunião, era o temor que o empresário tinha em relação aos seus negócios no país europeu, que poderiam ser prejudicados com a “briga” diplomática.

Irineu Evangelista foi bem sucedido, mas sua atuação não teve o efeito esperado. Antes de comunicar ao governo brasileiro sobre sua intervenção, chegava a notícia que o Brasil já rompera relações com Inglaterra. Ademais, o Imperador não viu com bons olhos a mediação de Mauá. Outro que desconfiou da intercessão de Irineu foi o Ministro Plenipotenciário inglês, que segundo Jorge Caldeira⁴⁵, voltou para a Inglaterra se posicionando como “vítima de forças poderosas – da Legação brasileira e um ‘sócio’ oculto da mesma”.

Em carta para André Lamas, em janeiro de 1863, Mauá narra brevemente o ocorrido, demonstrando estar à vontade com as “responsabilidades diplomáticas” as quais era designado.

Tivemos aqui uma grave complicação com a legação inglesa; coube-me a espinhosa tarefa de convencer o Sr. Christie da sua sem razão, e felizmente cedeu ele mais do que ninguém esperava, *recuando inteiramente* o que hoje [...] das calamidades inseparáveis de uma situação tão violenta. ⁴⁶

Na ainda Confederação Argentina também havia temor pelo cenário que surgia. Urquiza, mais uma vez, pediu ajuda a Mauá, a fim deste “influir sobre o Império no sentido de não apoiar Mitre e seu aliado Flores”⁴⁷. Paralelamente, Urquiza continuou se preparando para enfrentar Mitre. Em correspondência para Lamas, Irineu confidenciou que a situação do general argentino era desfavorável. Na Batalha de Pavón, a

⁴⁵ CALDEIRA, 1995, p. 397.

⁴⁶ MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 133.

⁴⁷ BESOUCHET, 1978, p. 121.

desvantagem mostrou-se real e Urquiza saiu derrotado, como supracitado. Logo, a vitória de Mitre fortaleceu seu aliado Flores, que ganhou prestígio perante, principalmente, os gaúchos brasileiros.

Em dezembro de 1862, congratula o amigo Lamas pela posição tomada diante do cenário.

Compreendo os valiosos motivos que o induziram a abster-se de tomar parte nas questões que no momento agitam a República Oriental, e concordo que não podia adotar melhor expediente, ao passo que me regozijo de saber que a cansada ideia de uma invasão de Flores morre inanida como eu supunha desde a política elevada do general Mitre não permite acreditar-se em apoio moral por parte de Buenos Aires, e sem este, a invasão seria um ato de loucura.⁴⁸

Mais à frente, na mesma correspondência, comunica ao uruguaio sua pretensão em visitar o país, a fim de, entre outras coisas,

[...] combinar com V.Exa alguns projetos que tenho na cabeça que podem ser vantagens para esses países e a para quem neles se interesse.⁴⁹

Diante das incertezas, é factível pensar que Mauá mesmo envolvido – pessoal e financeiramente – nas questões que emergiam do Prata, ainda buscava pela paz. O empresário sempre conservou sua posição pela manutenção do equilíbrio entre as nações e, mesmo inserido naquela realidade, planejava incursões que pudessem auxiliar a mudança dos rumos diplomáticos e bélicos.

Como supracitado, o ano de 1862 foi marcado pela nova configuração política. No Uruguai as investidas coloradas contra Berro não cessavam, assim como o intrometimento da Argentina na política local, dotada da força de Mitre, Flores e seus aliados. Sendo assim, o cenário para uma nova guerra civil estava pronto. Mauá a princípio posicionou-se discretamente. Antes da conflagração do embate, o empresário que mantinha negócios no país estava entusiasmado com os rumos de suas empreitadas, embora o cenário fosse sempre incerto. O empresário assistiu de perto todas as reviravoltas que reposicionariam os países: em 1861 estava em Buenos Aires e viu o triunfo de Mitre sobre Urquiza e meses depois, em Montevideú, se impressionou com a má gestão de Berro.

⁴⁸ MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1862. In: BESOUCHET, Lídia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 132.

⁴⁹ Ibid., p. 133.

Ainda em setembro de 1860, escreveu para Lamas, impressionado com o que encontrara em Montevideu.

[...] vejo que a cegueira dessa gente em Montevideu vai dar-nos na cabeça a todos: pois teremos na verdade sérias complicações; farei o possível para abrir os olhos ao Sr. Acevedo, Villalba e Berro por este vapor, e se o Governo aqui não desdenhar que eu trabalhe deveras na seguinte viagem do “Mersey” [...] ⁵⁰

Frente ao ambiente desolador de uma nova guerra, Mauá foi escolhido porta voz de um grupo de uruguaios – por seu prestígio e ideais – que assim como o empresário, não acreditavam em conflitos como a solução para as diferenças. Foi o “ponta-pé” que Mauá precisava, que a partir de então começou a atuar diretamente para cessar o conflito, trabalhando o diálogo em ambos os lados.

Teixeira Soares reforça que “os esforços de Mauá sofreram contratempo muito sério. Era evidente que Flores não queria negociar. Estava certo de obter a vitória pelas armas”. ⁵¹ Ao invés de sagrar-se um mediador bem sucedido, Mauá começou a sofrer ataques dos colorados desafetos de sua política. Estes, usavam o Banco Mauá & Cia para lograr ofensas.

Mauá ainda acreditava em Berro, fato evidenciado em carta para Lamas, em agosto de 1863:

[...] Tive longa conversa com o Sr. Berro e só posso dizer a V.Exa que este país não tem homem de idéias mais *sãs nem mais bem intencionadas* – sua idéia capital que os partidos se moderem e se respeitem, visto que não é possível que se extinguem [...] ⁵²

Porém, nesse período ficou notório os erros do presidente Berro, que além de não possuir tino diplomático, estava cercado por péssimos ministros e conselheiros. Segundo Soares, “governo de Berro acrescentava novos erros diplomáticos a velhos erros diplomáticos: um deles seria a maneira pouco discreta por que tratava o Governo imperial, quando o de Montevideu tinha dificuldades sérias com o de Buenos Aires”. ⁵³

Embora o Brasil permanecesse indiferente, internamente buscava solucionar a incógnita que Mitre mostrava ser. E, também, por seguir “um plano oculto” que se

⁵⁰ MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1860. In: BESOUCHET, Lídia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 113.

⁵¹ SOARES, 1957, p. 213.

⁵² MAUÁ, Barão de. Montevideu, 3 de agosto de 1863. In: BESOUCHET, Lídia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 148.

⁵³ SOARES, 1957, p. 216.

desenvolvia “em linhas imprevistas e caprichosas”.⁵⁴ Mauá, por sua vez, conhecia os anseios brasileiros e continuava a presenciar atentamente a falta de manejo de Berro, a ascensão do Paraguai e a força de Mitre. Apenas no fim de 1863 o governo começou a ver com interesse o que acontecia no Uruguai; mas ainda mantinha-se neutro, à medida que Mitre começava a participar ativamente da vida pública uruguaia.

Diante da neutralidade brasileira, o país que emergiu da imparcialidade diplomática do Império e o mau diálogo com os *blancos* uruguaiois foi o Paraguai, que simpatizava com os caudilhos argentinos. Em dezembro de 1863 Mauá escreveu para Juan José de Herrera, Ministro das Relações Exteriores uruguaia:

[...] O governo Oriental parece que não acredita na *possibilidade* de um rompimento por parte do Governo argentino e eu tenho a desgraça de acreditar que o rompimento está eminente e que, sem o apoio do Brasil a favor de um dos contendores, a guerra no Rio da Prata será *duradoura, conduzindo ao barbarismo*.⁵⁵

Carlos Antonio Lopez, presidente do Paraguai, morreu em 1862, sendo sucedido por seu filho, Francisco Solano Lopez. Ao contrário do pai, este estava disposto a envolver-se nos conflitos regionais e não mediu esforços para entrar no “jogo”. No mesmo ano, Juan José Herrera foi até Assunção em missão diplomática, enviado por Berro. Porém, Solano Lopez desconfiava do Brasil e da Argentina e demonstrava completo despreparo. Foi um desastre. Entretanto, os *blancos* uruguaiois precisavam de apoio externo para vencer Flores, portanto, era fundamental a ajuda paraguaia. Mauá, ao contrário, via essas articulações com desconfiança. Em carta à Herrera, em novembro de 1863, demonstra esse descontentamento:

[...] o que me parece que será a *consequência* deste procedimento, é que a República Oriental *substitui* a aliança do Brasil pela do Paraguai, o que me parece seria prenda de paz enquanto que a outra poderá sê-lo para que a guerra se atice. O Governo da república, porém, está em seu direito escolhendo o que melhor lhe agrade [...]⁵⁶

Na mesma carta, à diante, frisa estar desanimado:

[...] farei tudo quanto puder da minha parte, porém já estando desalentado, porque já tenho pouca esperança de ver triunfar afinal a política pela qual tenho me sacrificado, que é como V.Exa sabe que triunfam os princípios de ordem e legalidade, e que se evitam complicações internacionais. Perdendo-se *o apoio do*

⁵⁴ Ibid., p. 218.

⁵⁵ MAUÁ, Barão de. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 168.

⁵⁶ MAUÁ, Barão de. Buenos Aires, 18 de novembro de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 160.

Brasil para essa política, e me parece que *está perdido*, os elementos em fermentação nesses países são demasiado incandescentes para não produzirem uma explosão [...]

Porém, mesmo sem acreditar em uma saída pacífica para o conflito, Mauá continuava a manter contato com Mitre, mas sem sucesso. Assim como o banqueiro, o Império foi ignorado, porque no passado fora aliado de Urquiza, inimigo de Mitre. O presidente argentino valeu-se de fatos passados para manter-se escorado, à medida que os conflitos no Prata sinalizavam.

Mauá estava sozinho, “ninguém lhe dera ouvidos”.⁵⁷ Buenos Aires, Montevidéu e Rio de Janeiro não consideraram que o Irineu era antes de qualquer coisa um banqueiro, credor da Argentina e Uruguai. Portanto, uma guerra não interessaria aos negócios do brasileiro. Porém, as tentativas de mediar o conflito foram atribuladas.

Teixeira Soares pontua que Mauá

Tinha amigos de prol em ambos os campos adversários. Transformara-se, no tempo de Berro, na figura mais importante do comércio e da indústria em Montevidéu. Seu parecer era procurado por toda gente. Seu banco era o estabelecimento de maior irradiação na República. Seus cometimentos causavam ora inveja, ora espanto, em ambas as abas do rio da Prata. Mesmo que agisse em nome pessoal, suspeitava-se sempre que por detrás de Mauá estivesse uma entidade mais poderosa e mesmo perigosa: o Império do Brasil.⁵⁸

Mauá ajudou Berro porque este tinha um programa econômico favorável aos interesses do empresário, ou seja, fora pragmático. Mas, quando Flores precisou, bateu às portas do Banco Mauá, que respondeu à investida do colorado. O banqueiro não assumia lados como algo decisivo. Visava pela estabilidade do Prata e por menos riscos às suas instituições.

Bernardo Berro conseguiu terminar o mandato, mesmo sob a influência de Flores. A resistência do presidente uruguaio muito deveu ao Banco Mauá, uma vez que a instituição financeira amparou o Tesouro quando necessário. Em março de 1864 subiu ao poder Atanasio Aguirre, que rompeu com as políticas exteriores vigentes. Aguirre assumiu uma posição dúbia em relação ao Império e à Argentina. Ao que parece, o novo governante não compreendeu a gravidade da situação do Prata, uma vez que não encarou com seriedade a missão especial Saraiva e as tentativas de diálogo, a fim de evitar um desastre bélico.

⁵⁷ SOARES, 1957, p. 225.

⁵⁸ Ibid., p. 226.

Em 1863, Mauá partiria para uma estadia de dois meses no Uruguai, estando lá quando a guerra começou – em abril –, o que poderia encerrar um período de crescimento econômico. Quando chegou, em março, escreveu ao amigo Lamas, informando sobre o cenário que encontrou.

Aqui cheguei ontem sem novidade e espero ter em breves dias o prazer de avistar-me com V.Exa e conversarmos largamente sobre a situação destes países antes de dar passo algum, pois se tiver de fazer alguma coisa desejo obrar com segurança.⁵⁹

Para Jorge Caldeira

Mauá conhecia o potencial destrutivo desse conflito, a “preponderância das forças exaltadas”. Por isso, assim que soube do desembarque de Flores, elegeu o combate a essa situação como a maior de suas prioridades [...] Por quase um ano, ele viveria viajando entre Montevideú, Buenos Aires, Paraná [...] Nesse período, não houve um político importante com quem não conversasse, sempre tentando arrancar moderação, boa disposição e paz: Mitre, Bernardo Berro, Urquiza, e até mesmo Flores, ainda como rebelde, seriam seus interlocutores. E das conversas saíam empréstimos, rascunhos de tratados, acordos provisórios, recados levados de um lado para o outro, intrigas de bastidores desfeitas.⁶⁰

Irineu temia por um conflito maior e estava descrente no êxito da operação. Por ser um profundo conhecedor da política do Rio da Prata, parecia compreender o âmbito em que as relações políticas estavam inseridas e, acima disso, para onde elas poderiam ser levadas. Por seu temor pelos interesses pessoais e financeiros, buscou com o que estava às suas mãos que o embate não se estendesse. De acordo com Caldeira⁶¹, Mauá sempre batia “na mesma tecla: o desenvolvimento da região não deveria passar por uma guerra”. Porém, a situação já estava demasiadamente complicada. Para Besouchet, “de qualquer ângulo que Mauá analisasse o problema, constatava a divisão dos partidos de cada país”.⁶²

O empresário brasileiro

Via em Venâncio Flores a personificação das forças exaltadas. Para Mauá, homens como o general Flores deveriam estar distante da vida política. Os políticos deveriam ser homens de ponderação, equilíbrio, diálogo, enfim, homens que colocam a democracia em primeiro lugar. Flores, definitivamente, não

⁵⁹ MAUÁ, Barão de. Montevideú, 2 de março de 1863. In: BESOUCHET, Lúcia. Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 136.

⁶⁰ CALDEIRA, 1995. p. 405.

⁶¹ Ibid., p. 406.

⁶² BESOUCHET, 1978, p. 124.

possuía esse perfil político. Na visão de Mauá, a guerra civil liderada por este general era uma típica tentativa caudilha de golpe de estado.⁶³

Seguindo seu raciocínio, Irineu acreditou que o diálogo seria o suficiente para barrar Flores; mas o poder deste já estava consolidado, devido ao apoio que recebia dos brasileiros residentes no Uruguai. Insistindo em seus ideais, Mauá culpou o governo de Berro pela má organização, elucidando o que encontrara para o sempre fiel Lamas.

Parece-me que está pouco mudada a situação política. As forças do Governo não podem ser batidas pelas de Flores, porque está demasiado fraco para atacar qualquer das divisões, porém infelizmente não existe harmonia nos chefes blancos da campanha que é a verdadeira causa da demora e nenhum sucesso das operações até aqui.

Diante dos revés, Mauá seguiu acreditando na capacidade de Berro e, consecutivamente, o culpando pela inércia, o que fica claro na carta para André Lamas

O país tem elementos de prosperidade indubitáveis, e apesar da incapacidade administrativa de quem o tem governado, as condições econômicas antes desta desgraçada invasão eram satisfatórias – ainda agora, se se domina pronto a anarquia acabando com Flores por qualquer modo, nada há que recear.

Uma rede de ligações foi desenhada a partir desse novo cenário político que teve na revolução uruguaia e o Paraguai como novos agentes motores. Franciso Doratioto pontua que Flores

Se relacionava com Justo José Urquiza, líder da oposição federal argentina, o qual, por sua vez, mantinha contatos com Francisco Solano López, que assumiu a chefia do Paraguai em 1862, após a morte de seu pai. Portanto, no conflito uruguaio havia forças interessadas na organização dos Estados Nacionais na Argentina e no Uruguai e durante a luta aproximaram-se os blancos uruguaio, Francisco Solano López e Urquiza, enquanto os governos argentino e brasileiro, ambos governados por adeptos do pensamento liberal, aproximavam-se, interessados na vitória de Flores.⁶⁴

Ainda segundo Doratioto,⁶⁵ o Império “atendendo a demandas dos fazendeiros gaúchos com interesses no Uruguai e buscando equilibrar a influência de Mitre junto aos colorados” intercedeu em prol dos rebeldes.

O Uruguai estava sob controle dos *blancos*, considerados aliados pelo Paraguai, que pretendi, eventualmente, contar com o porto do Estado Oriental, na falta da capital argentina. Aproveitando-se da situação, “o governo uruguaio argumentou junto ao ditador

⁶³ RAMOS, R. M. A visão do Barão de Mauá sobre a política externa brasileira no Rio da Prata: 1850 - 1865. 126 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Paaso Fundo, Passo Fundo, 2009, p. 73.

⁶⁴ DORATIOTO, 2017, p. 42.

⁶⁵ *Idem*.

paraguaio que o Império e a Argentina, em caso de vitória dos rebeldes colorados, voltar-se-iam contra o Paraguai”⁶⁶. Diante dessa situação, Solano Lopez investiu militarmente contra o Brasil e a Argentina, dando início à Guerra do Paraguai.

O ano de 1863 foi um dos mais produtivos em relação às cartas que Mauá endereçava majoritariamente ao seu amigo André Lamas. Em todas, noticiava sobre a situação do Rio da Prata, além de analisar os posicionamentos dos governantes. O ar de pessimismo era nítido, assim como o de reprovação, à medida que a guerra se aproximava. As cartas escritas pelo empresário são uma fonte para compreender o cenário da época pela visão dos agentes envolvidos. Atuando como diplomata e fomentador financeiro, elucida a situação que vivia diante do temor de ter seus negócios prejudicados, nos países que assistiam a eminência de conflitos destruidores e, conseqüentemente, seriam economicamente atingidos.

⁶⁶ *Idem*

Conclusão

Irineu Evangelista compreendeu como poucas pessoas o cenário político das décadas de 1850 e 1860. O empresário usou de sua influência no governo imperial para amparar seus negócios e, conseqüentemente, efetivar-se como um vanguardista. A princípio, empreendeu em âmbitos seguros, mas as relações diplomáticas do Brasil perpassaram suas atividades. Logo, seu nome começou a ganhar prestígio, possibilitando a ampliação de sua atuação para além do ramo empresarial.

Considerado uma das figuras mais importantes do Segundo Reinado, o Visconde de Mauá assistiu às políticas do Uruguai e da Argentina colapsarem frente a embates que com o tempo obrigaram o Império a intervir. Nesse período, o bem sucedido empresário chamou a atenção dos governantes brasileiros e representantes diplomáticos, que objetivavam pela resolução dos conflitos. A partir de então os negócios do empresário Irineu Evangelista se atrelaram ao Rio da Prata.

O empréstimo financeiro proporcionado por Mauá em 1850 e políticas pontuais favoráveis ao caudilho argentino Urquiza e ao Império brasileiro, pode o governo uruguaio, colorado, sair-se vitorioso na longa guerra civil travada contra os *blancos*. Desse modo, o terreno estava pavimentado para que Mauá levasse sua agência bancária para Montevidéu. À medida que se envolvia com a vida pública uruguaia, sua fama conquistava a Confederação Argentina. Não tardou para que o país “abrisse as portas” para o banqueiro rio-grandense.

A consolidação de suas instituições financeiras no Rio da Prata possibilitou que a atuação de Mauá na Confederação e em Montevidéu se aprofundasse. As agências bancárias foram o amparo que o empresário necessitava para firmar seu negócios no Brasil e, certamente, nos Estados vizinhos. Os estabelecimentos que Irineu Evangelista fundou permitiram que o empresário se aprofundasse na política de Montevidéu e Buenos Aires. Sendo assim, o papel de representante diplomático não oficial do Império estava definitivamente consolidado.

A Guerra Grande, a Guerra Civil uruguaia e a iminência da Guerra do Paraguai permitiram que a influência de Mauá no Rio da Prata crescesse. O empresário buscou por meio do diálogo cessar os conflitos, atuando como intermediário entre os governantes. Porém, o ambiente de frágeis fronteiras, interesses geopolíticos conflitantes e pretensões

peçoais de homens públicos da região platina levaram o Cone Sul à Guerra do Paraguai, maior conflito da América do Sul.

Embora a presença de Mauá no Rio da Prata tenha ocorrido em um contexto bélico, da guerra civil uruguaia e do intervencionismo do Império no Prata, não interessava à atividade bancária dele um ambiente inseguro, com conflitos, pois colocaria seus investimentos em risco. O rio-grandense sempre acreditou no diálogo como ferramenta para solução dos problemas e confiou ser possível fortalecer sua atividade empresarial no Rio da Prata mediante a estabilidade política dos países da região e, como consequência desta, o desenvolvimento das suas forças produtivas, em ambiente de liberdade e investimentos.

Mauá foi certamente um empresário com visões vanguardistas para o Império. De industrial bem sucedido passou a atuar junto ao governo Imperial quando solicitado, exercendo indiretamente as funções de representante brasileiro no Rio da Prata. Acompanhou atentamente o desenrolar das questões da região tentando influir sobre os governantes, auxiliando financeiramente as causas que acreditava.

A trajetória de Irineu Evangelista compreende uma história de determinação. Infelizmente, ainda é um homem pouco conhecido, estando restrito ao meio acadêmico, que volta-se para os aspectos econômicos da vida do empresário. Porém, a inserção do bancário no Rio do Prata é, certamente, um dos detalhes mais interessantes da vida do rio-grandense, que por anos soube administrar seus interesses pessoais e as necessidades da região.

Bibliografia

Fontes:

a) Primárias

BESOUCHET, L. **Correspondência Política de Mauá no Rio da Prata**. 2. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de, 1813-1889. **Exposição aos Credores e ao Público (1878)**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

b) Secundárias

ABREU, M de P.; LAGO, L. A. C. **A economia brasileira no Império: 1822-1889**. In: ABREU, M de P (Org.). *A ordem do Progresso*. [S.L.] Elsevier, 2014.

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ARTEGA, J. J. **Breve historia contemporánea del Uruguay**. 1.ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

BEIRED, J. **Breve história da Argentina**. São Paulo: Ática, 1996.

BESOUCHET, L. **Mauá e seu tempo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BONAUDO, M. **Nueva Historia Argentina: Liberalismo, Estado y Orden Burgués**. Buenos Aires: Sudamericana, 1999. tomo 4.

CALDEIRA, J. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DORATIOTO, F. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2.ed. Brasília: FUNAG, 2017.

LUNA, F. **Historia Integral de la Argentina: 5. Discordancia y Dictadura**. Buenos Aires: Planeta, 1995.

LUNA, F. **Historia Integral de la Argentina: 6. La Nación Argentina**. Buenos Aires: Planeta, 1996.

NAHUM, B. **Breve historia del Uruguay independiente**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

RAMOS, R. M. **A visão do Barão de Mauá sobre a política externa brasileira no Rio da Prata: 1850 - 1865**. 126 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Paaso Fundo, Passo Fundo, 2009.

RATO DE SAMBUCCETTI, S. **Urquiza y Mauá: El Mercosur del Siglo XIX**. Buenos Aires: Macchi, 1999.

RUSSELL, R. et al. **Temas de política exterior latinoamericana: el caso uruguayo**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano S.R.L, 1986.

SOARES, A. T. **O Gigante e o Rio: Ação de Mauá no Uruguai e Argentina (1851-1878)**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1957.

Declaração de Autenticidade

“Eu, Sabrina Ribeiro Oliveira, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado Mauá no Rio da Prata (1850-1864) foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.”



Sabrina Ribeiro Oliveira

Brasília, dezembro de 2018.